

Relatório  
de  
Governo  
Societário

2020

**aicep Global Parques - Gestão de  
Áreas Empresariais e Serviços, S. A.**

Versão aprovada em reunião do Conselho de Administração de 05 de março de 2021





## Índice

I.	Sumário Executivo.....	3
II.	Missão, Objetivos e Políticas.....	6
III.	Estrutura de capital.....	19
IV.	Participações Sociais e Obrigações detidas.....	20
V.	Órgãos Sociais e Comissões.....	22
A.	Modelo de Governo.....	22
B.	Assembleia Geral.....	23
C.	Administração e Supervisão.....	23
D.	Fiscalização 30	
E.	Revisor Oficial de Contas (ROC).....	32
F.	Conselho Consultivo.....	34
G.	Auditor Externo.....	34
VI.	Organização Interna.....	34
A.	Estatutos e Comunicações.....	34
B.	Controlo interno e gestão de riscos.....	35
C.	Regulamentos e Códigos.....	38
D.	Deveres especiais de informação.....	42
E.	Sítio na Internet.....	43
F.	Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral.....	44
VII.	Remunerações.....	45
A.	Competência para a Determinação.....	45
B.	Comissão de Fixação de Remunerações.....	46
C.	Estrutura das Remunerações.....	46
D.	Divulgação das Remunerações.....	47
VIII.	Transações com partes Relacionadas e Outras.....	49
IX.	Análise de sustentabilidade da entidade nos domínios económico, social e ambiental.....	51
X.	Avaliação do Governo Societário.....	58
XI.	ANEXOS DO RGS.....	60

  
 2 



## I. Sumário Executivo

O presente relatório apresenta as boas práticas de governo societário, conforme previsto pelo artigo 54.º do Decreto-lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, e restantes matérias reguladas pelo referido normativo.

Tomando por referência o regime jurídico do setor público empresarial (SPE), a aicep Global Parques tem vindo a divulgar toda a informação relevante. O relatório de governo societário aqui presente converge com as orientações da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial, do Ministério das Finanças.

A aicep Global Parques manteve a sua atuação, em matéria de Boas Práticas de Governo Societário, consolidando os objetivos a que se propôs, definidos anualmente e refletidos no Plano de Atividades e Orçamento, para o Conselho de Administração em funções, tendo em vista o cumprimento da Missão e Objetivos da empresa. O PAO - Plano de Atividades e Orçamento é o instrumento essencial da gestão e controlo da empresa e é monitorizado mensalmente, por centros de resultados e natureza de ganhos e gastos.

No ano de 2020 e quanto aos Órgãos Sociais nomeados em Assembleia Geral de 29 de junho de 2018, manteve-se a não substituição do Vogal do Conselho de Administração não executivo Luís Miguel Pacheco da Fontoura que cessou funções a 1 de setembro de 2019, devido à sua deslocalização profissional para Luanda, Angola.

A estrutura acionista manteve-se inalterada.

Na articulação com os acionistas, sublinha-se a continuidade do reforço da coordenação com a AICEP-Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E., quer no plano interno, quer no âmbito da retenção e captação de reinvestimento e de investimento. Juntas, alinharam esforços promocionais do cluster portuário, logístico e industrial de Sines com os acionistas Câmara Municipal de Sines e APS - Administração dos Portos de Sines e do Algarve, promovendo a expansão de clientes atuais e a instalação de novos clientes na ZILS – Zona Industrial e Logística de Sines e no BlueBiz – Parque Empresarial da Península de Setúbal.

No ano de 2020 foram realizadas todas as práticas respeitantes a todos os procedimentos internos de assiduidade, ausências e férias; os procedimentos de carreiras profissionais e de avaliação de desempenho conforme revisão e atualização do Regulamento Interno.

Consequência da situação pandémica SARS-COVID 19 foram realizados os ajustamentos necessários em relação aos procedimentos de assiduidade e ausências, devido às situações de



teletrabalho e outras medidas implementadas em cumprimento da legislação em vigor em cada um dos momentos.

Manteve-se o código de conduta e combate ao assédio no trabalho aprovado em 2019 e foram aprovados o Código de Ética e de Conduta e o Plano para a Igualdade, este a ser implementado em 2021.

Estes procedimentos e informação foram divulgados por ordens de serviço a todos os colaboradores da empresa.

Adicionalmente o Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, que se encontra no sítio da *web* da empresa, manteve-se em vigor.

Em 2020 teve início a atividade de Gestão da Qualidade na empresa, na componente de gestão das ocorrências reportadas por clientes e colaboradores da empresa.

Estas ocorrências foram, maioritariamente, reportadas através do novo Portal da Qualidade presente no sítio da *web* da empresa, tendo sido dadas credenciais de acesso aos clientes da ZILS, do BlueBiz e do Albiz para o efeito. Os reportes dos colaboradores estabelecem-se através da ferramenta de gestão documental - Filedoc.

Esta atividade culminou na elaboração de um relatório de qualidade em 2020, tendo este, face à análise efetuada, dado origem a um outro com medidas de mitigação e prevenção.

Espera-se que em 2021, seja iniciada a componente de Qualificação dos Fornecedores cujos fluxos e desenvolvimentos foram realizados em 2020, complementando assim a atividade de Gestão da Qualidade.

A empresa tem uma Política de Responsabilidade Corporativa com pilares base definidos que envolvem a área social e a ambiental e de segurança e proteção, e que define um plano de ações internas e externas.

Apesar de análise às contas ao longo do ano, com emissão de Pareceres intercalares, toda a informação financeira do exercício é sujeita a análise pelo Revisor Oficial de Contas da empresa que emite Parecer e Certificação Legal, como se refere no ponto 5.E.

No âmbito da aprovação de despesas, é assegurada a independência de todos os membros do órgão de administração ao prever-se a abstenção do próprio membro de intervir numa decisão que o envolva a si próprio, conforme indicado na secção 3. do subcapítulo A. do capítulo VII., bem como através da apresentação das declarações indicadas no anexo IV a este documento.



Ainda no âmbito da prevenção de conflitos de interesse, todos os membros do Conselho de Administração preencheram declarações de participações patrimoniais, presentes no anexo V.

Na secção 1 do subcapítulo E. do capítulo VI deste relatório poderão ser encontradas as hiperligações utilizadas para divulgação de vários elementos relacionados com a empresa.

<b>CAPÍTULO II do RJSPE – Práticas de bom governo</b>		<b>sim</b>	<b>não</b>
Artigo 43.º	apresentou plano de atividades e orçamento para 2020 adequado aos recursos e fontes de financiamento disponíveis	x	
	obteve aprovação pelas tutelas setorial e financeira do plano de atividades e orçamento para 2020	x	
Artigo 44.º	divulgou informação sobre estrutura acionista, participações sociais, operações com participações sociais, garantias financeiras e assunção de dívidas ou passivos, execução dos objetivos, documentos de prestação de contas, relatórios trimestrais de execução orçamental com relatório do órgão de fiscalização, identidade e curriculum dos membros dos órgãos sociais, remunerações e outros benefícios	x	
Artigo 45.º	submeteu a informação financeira anual ao Revisor Oficial de Contas, que é responsável pela Certificação Legal das Contas da empresa	x	
Artigo 46.º	elaborou o relatório identificativo de ocorrências, ou risco de ocorrências, associado à prevenção da corrupção, de 2020		x <sup>1)</sup>
Artigo 47.º	adotou um código de ética e divulgou o documento	x	
Artigo 48.º	tem contratualizada a prestação de serviço público ou de interesse geral, caso lhe esteja confiada		não aplicável
Artigo 49.º	prosseguiu objetivos de responsabilidade social e ambiental	x	
Artigo 50.º	implementou políticas de recursos humanos e planos de igualdade	x	
Artigo 51.º	evidenciou a independência de todos os membros do órgão de administração e que os mesmos se abstêm de participar nas decisões que envolvam os seus próprios interesses	x	
Artigo 52.º	evidenciou que todos os membros do órgão de administração cumpriram a obrigação de declararem as participações patrimoniais e relações suscetíveis de gerar conflitos de interesse ao órgão de administração, ao órgão de fiscalização e à IGF	x	
Artigo 53.º	providenciou no sentido de que a UTAM tenha condições para que toda a informação a divulgar possa constar do sítio na internet da Unidade Técnica		x <sup>2)</sup>
Artigo 54.º	apresentou o relatório do órgão de fiscalização em que é aferido constar do relatório anual de práticas de governo societário informação atual e completa sobre todas as matérias tratadas no Capítulo II do RJSPE (boas práticas de governação)	x	

<sup>1)</sup> Relatório a elaborar em 2021

<sup>2)</sup> Não cumprimento devido à não elaboração do relatório identificativo de ocorrências, ou risco de ocorrências, associado à prevenção da corrupção, de 2020 – Artigo 46.º



## II. Missão, Objetivos e Políticas

1. *Indicação da missão e da forma como é prosseguida, assim como da visão e dos valores que orientam a entidade (vide artigo 43.º do RJSPE).*

### Missão

- Disponibilizar espaços infraestruturados e plataformas para localização de empresas ou de entidades não empresariais, com vista à atração e fixação de investimento nacional e estrangeiro;
- Promover a prestação de serviços de gestão integrados de localização empresarial;
- Promover um plano para a igualdade de género e oportunidades, fomentando a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional dos seus colaboradores.

### Visão

A aicep Global Parques tem o objetivo de ser reconhecida nacional e internacionalmente como a entidade de referência no acolhimento de projetos de investimento em Portugal e no apoio a estratégias de localização empresarial. Garante localizações empresariais únicas no país para determinadas atividades estratégicas para a economia nacional e promove Portugal como destino de investimento.

### Valores

Os valores corporativos da aicep Global Parques assentam na melhoria contínua da sua *performance* de forma a permanecer uma organização:

- Competitiva, eficiente e orientada para o cliente;
- Sustentada na contínua qualificação dos seus trabalhadores;
- Institucionalmente articulada com parceiros públicos e privados, nacionais e internacionais;
- Reconhecida na sua esfera de atuação;
- Financeiramente sustentável;
- Socialmente responsável.



2. *Indicação de políticas e linhas de ação desencadeadas no âmbito da estratégia definida (vide artigo 38.º do RJSPE), designadamente:*

- *Objetivos e resultados definidos pelos acionistas relativos ao desenvolvimento da atividade empresarial a alcançar em cada ano e triénio, em especial os económicos e financeiros;*

A atual Comissão Executiva e o Conselho de Administração continuaram a implementação do Plano Estratégico para o triénio 2018 - 2020, aprovado pelo Conselho de Administração e posteriormente em Assembleia Geral realizada a 25 janeiro de 2019. Paralelamente, os objetivos de gestão para o ano de 2020 foram estabelecidos em conformidade com o Plano Estratégico referido, na elaboração do Plano de Atividades e Orçamento para 2020, aprovado pelo Conselho de Administração e igualmente aprovado pela função acionista na Assembleia Geral de 28 de outubro de 2019. A Comissão Executiva manteve a proposta de contratos de gestão a celebrar com S. Exa. o Secretário de Estado da Internacionalização, na qualidade de membro do Governo que tutela o setor de atividade da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E. e com o acionista Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E., representada pelo Presidente do Conselho de Administração, na qualidade de acionista maioritário, diretamente titular de 91,19% do capital social da aicep Global Parques – Gestão de Áreas Empresariais e Serviços, S. A.. Em 26 de outubro de 2020 o Plano de Atividades e Orçamento para 2021, tendo em conta o início do triénio 2021-2023, foi aprovado em Assembleia Geral, sendo despachado favoravelmente por S. Exa. o Secretário de Estado do Tesouro em 3 de novembro de 2020.

Assim sendo, as orientações estratégicas são as necessárias para atingir os seguintes objetivos:

- Disponibilizar áreas competitivas para a localização de empresas dos setores específicos em presença;
- Maximizar as taxas de ocupação nos parques sob gestão;
- Reforçar a articulação acionista para otimização do *cross-selling*;
- Qualificar a oferta da empresa, aumentando a perceção de qualidade e a prestação de serviços de excelência;
- Articular, com os agentes intervenientes nos processos, as parcerias e os instrumentos contratuais e de planeamento e gestão territorial mais adequados à missão e às oportunidades emergentes;
- Manter a operacionalidade do PMA – Plano de Monitorização Ambiental, da ZILS – Zona Industrial e Logística de Sines;



- Manter e continuar a dinamizar o *Portugal Site Selection* enquanto instrumento de apoio à decisão e prestação de serviços no âmbito da localização, instalação e gestão empresarial e qualificação territorial respondendo aos desafios do Programa *Internacionalizar 2030*;
  - Qualificar os Recursos Humanos.
- *Grau de cumprimento dos mesmos, assim como a justificação dos desvios verificados e das medidas de correção aplicadas ou a aplicar.*
- **Disponibilizar áreas competitivas para a localização de empresas e maximizar as taxas de ocupação nos parques sob gestão:**

## ZILS

A ZILS, com 2.375 hectares, é a maior área de acolhimento de unidades industriais e logísticas do país. Localizada a Sul, na costa atlântica de Portugal, a hora e meia por autoestrada de Lisboa e do seu aeroporto internacional, junto a um porto de águas profundas, o Porto de Sines, afirma-se desta forma como uma localização com uma oferta ímpar no país. Para além das acessibilidades rodoviárias, ferroviárias e marítimas, que a tornam numa localização única para os mercados europeu e ibérico, posicionando-a como interface industrial e logístico privilegiado com os mercados do Atlântico e do Mediterrâneo, a ZILS dispõe de um conjunto de utilidades que garantem soluções competitivas de instalação.

A taxa de ocupação da ZILS registou, em termos líquidos, uma ligeira subida de cerca de 3.500 m<sup>2</sup>.

Na ZILS estão ocupados **8.037.270 m<sup>2</sup>** de uma oferta total de **13.374.020 m<sup>2</sup>**.

### Taxas de ocupação ZILS a 31 de dezembro de 2020.

DIREITOS DE SUPERFÍCIE	2018	2019	2020
Área Total m <sup>2</sup> (a)	23.751.256	23.751.256	23.751.256
Oferta Total m <sup>2</sup> (b)	13.374.020	13.374.020	13.374.020
Área Ocupada m <sup>2</sup> (c)	7.500.304	8.033.788	8.037.270
Taxa de Ocupação (c/b)	56,08%	60,07%	60,10%

Num ano a partir de março marcado pelo contexto da pandemia, a ZILS conseguiu manter a sua atividade sem grandes sobressaltos, dada a continuidade dos processos de expansão de alguns clientes, como é o caso da Repsol Polímeros (Projeto Aurora), da instalação do cliente inaugural do novo produto Sines Tech - Innovation & Data Centre Hub, a Ellalink, com o seu novo cabo

KAP



submarino de telecomunicação entre a União Europeia e a América do Sul, ligando Brasil (Fortaleza) a Portugal (Sines) e respetiva Estação de Amarração de Cabos (*CLS – Cable Landing Station*), da nova central de produção de betão e apoio à construção da Sonangil, ao centro logístico da Medway e ainda do novo Posto de Corte de Alta Tensão da EDP Distribuição a construir na zona Sul da ZILS.

Ao longo do ano de 2020 desenvolveram-se os trabalhos necessários para a realização do grande projeto urbanístico de constituição do novo lote 2FM, na Zona 2 da ZILS, com uma área de 369.862,27m<sup>2</sup> para acolher a expansão da Repsol Polímeros (Projeto Aurora), classificado como PIN 254, tendo-se participado em todas as reuniões CAPIN e desenvolvido diversas ações junto das entidades licenciadoras - CM Sines, APA, CCDR-A e Infraestruturas de Portugal - para viabilizar o referido projeto.

À oferta de áreas para instalação de empresas acresce a disponibilidade dos seguintes equipamentos e serviços:

#### **Centro de Negócios ZILS (CNZILS)**

O edifício, com a área total de 16.570 m<sup>2</sup>, dispõe de cerca de 4.000 m<sup>2</sup> para escritórios climatizados, com segurança diária, salas de reunião e formação, entre outros serviços. Este equipamento permite que empresas de apoio e de manutenção encontrem na zona um local para sediar as suas operações de suporte. Por outro lado, as empresas promotoras de investimento encontram um espaço adequado para instalar os seus recursos humanos (e os seus fornecedores), durante a fase de construção das respetivas instalações.

Em 2020 registou-se a entrada das empresas Carbuibéria (Gestroil), Felix Clemente e Midgardez, a par da expansão das áreas da Imasa e da Bureau Veritas.

O contrato da ETLA foi igualmente objeto de reformulação e de expansão significativa dos espaços ocupados temporariamente, enquanto trata de uma solução definitiva para alojamento da escola, tendo sido realizadas as obras necessárias para a adaptação dos espaços em conformidade com os requisitos da sua atividade de formação tecnológica. Do lado das saídas temos a registar a perda dos clientes Técnicas Reunidas, Centrajuste/CEDROS, Tinosgalon/AQUA, Felix Clemente, Midgardez e Carbuiberia. O saldo do ano é positivo com mais 458 m<sup>2</sup> ocupados.

A taxa de ocupação em 31/12/2020 era de 40%, correspondendo a 1.621 m<sup>2</sup>, o que significa um crescimento de 39,4%, face a 2019.



### Taxas de ocupação CNZILS a 31 de dezembro de 2020.

ESPAÇOS OCUPADOS	2018	2019	2020
Área Total m <sup>2</sup>	16.570	16.570	16.570
Oferta Total m <sup>2</sup>	4.054	4.054	4.054
Área Ocupada m <sup>2</sup>	1.512	1.163	1.621
Taxa de Ocupação (c/b)	37,3%	28,7%	40,0%

### Apartamentos

A aicep Global Parques tem sob sua gestão um conjunto de 37 apartamentos, localizados em Vila Nova de Santo André, que permitem uma oferta habitacional ao público em geral, e aos novos promotores de investimento na ZILS em particular, configurando uma solução imediata para um número limitado de recursos humanos e suas famílias.

Os apartamentos sob gestão da aicep Global Parques mantiveram o acompanhamento necessário tanto em termos comerciais como no que se refere à gestão dos respetivos condomínios e manutenção.

Como se verifica no quadro abaixo, estão ocupados todos os apartamentos disponíveis para oferta, registando-se uma taxa de ocupação de 100%.

### Taxas de ocupação dos Apartamentos a 31 de dezembro de 2020.

APARTAMENTOS	2018	2019	2020
Nº de Apartamentos	37	37	37
Oferta Total em nº APT (b)	30	35	35
nº APT ocupados (c)	29	34	35
Taxa de Ocupação (c/b)	96,7%	97,1%	100,0%
Oferta disponível	1	1	0

### Centro de Negócios da Galiza

O Centro de Negócios da Galiza, antiga sede do Gabinete da Área de Sines, tem uma área total de 29.000 m<sup>2</sup> e alguns espaços de escritórios. Situado na Galiza, a 2 km de Vila Nova de Santo André, funciona como uma alternativa para a instalação de empresas de serviços.



O imóvel encontra-se vazio, estando em curso o processo de regularização dos limites cadastrais junto do ICNF, tendo sido iniciadas diligências junto de algumas imobiliárias e outros interessados com vista à sua comercialização e rentabilização.

## BlueBiz

O BlueBiz é um Parque dedicado à localização de empresas industriais, logísticas e de serviços, dispondo de 560.000 m<sup>2</sup>, completamente vedados e infraestruturados, com uma área comercializável de 270.088 m<sup>2</sup>, atualmente repartidos entre 90.204 m<sup>2</sup> de área coberta, 170.534 m<sup>2</sup> de área descoberta e 9.350 m<sup>2</sup> de escritórios.

A oferta de áreas descobertas registou no BlueBiz um significativo aumento em relação a 2019. A construção do parque de estacionamento PM2, na antiga pista de ensaios da Renault, com uma área total de 4.042 m<sup>2</sup>, dota o parque de um equipamento polivalente, que tanto pode responder a necessidades de estacionamento ocasional a utentes do parque como poderá ser um parque dedicado a clientes da logística automóvel. Durante todo o ano de 2020 assistimos a diversos pedidos para estacionamento.

A área coberta industrial registou um aumento da ocupação em 2020, passando a barreira dos 50%, devido a contratos assinados em 2019, mas que só se concretizaram após a conclusão das obras necessárias, como é o caso da expansão do cliente Vitas Roullier e da instalação da Euronavy.

Relativamente aos espaços de escritório, a saída de um cliente e a transferência de instalações de outro, teve como consequência uma ligeira diminuição da taxa de ocupação.

### Taxas de ocupação BlueBiz a 31 de dezembro de 2020.

	Área Coberta Industrial			Área Descoberta			Área Coberta Escritórios		
	2018	2019	2020	2018	2019	2020	2018	2019	2020
Oferta Total m <sup>2</sup> (a)	90.204	90.204	90.204	166.492	166.492	170.534	9.350	9.350	9.350
Área Ocupada m <sup>2</sup> (b)	37.722	42.724	47.694	162.827	162.827	162.483	3.402	4.553	4.387
Taxa de Ocupação (b/a)	41,8%	47,4%	52,9%	97,8%	97,8%	95,3%	36,4%	48,7%	46,9%



## Albiz

O Albiz é um Parque dedicado à localização de pequenas e médias empresas, situado no concelho de Sintra, na zona industrial de Albarraque, dispondo de uma área total de 24.700 m<sup>2</sup>, completamente vedada, com uma área coberta comercializável de 9.072 m<sup>2</sup>, distribuída por 16 edifícios.

Depois de em 2019 ter sido aumentada a área comercializável pela construção de um novo pavilhão, em 2020 o parque voltou a atingir os 100% de taxa de ocupação.

### Taxas de ocupação Albiz a 31 de dezembro de 2020.

Área Coberta	2018	2019	2020
Área total m <sup>2</sup> (a)	7.244	9.072	9.072
Oferta Total m <sup>2</sup> (b)	7.191	9.012	9.012
Área Ocupada m <sup>2</sup> (c)	7.191	7.508	9.012
Taxa de Ocupação (c/b)	100,0%	83,3%	100,0%

### Portugal Site Selection

- **Manter e continuar a dinamizar o Portugal Site Selection enquanto instrumento de apoio à decisão e prestação de serviços no âmbito da localização, instalação e gestão empresarial**

No ano de 2020, a plataforma Portugal Site Selection consolidou a inserção dos centros de escritórios, respondendo ao setor dos serviços, e iniciou o desenvolvimento de uma nova funcionalidade para a inclusão de um cadastro de ativos, devidamente georreferenciado. Este desenvolvimento teve como base a reflexão com os *stakeholders* sobre as vantagens de cadastrar ativos com características *greenfield* e *brownfield* disponíveis para desenvolver atividade industriais e logísticas, na promoção de todo o todo o território nacional.

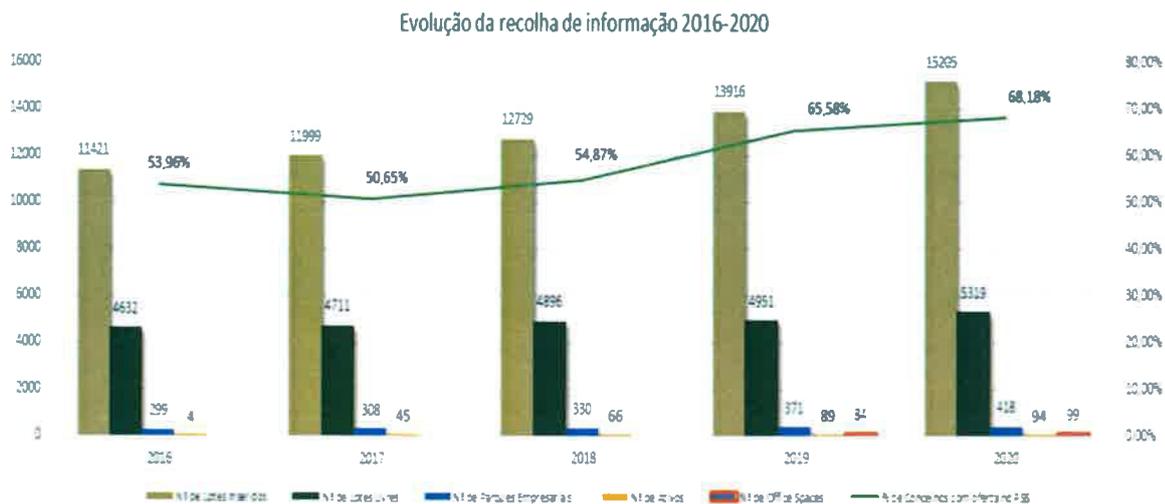
Paralelamente, a empresa continuou o esforço de enriquecimento da informação constante na plataforma, tendo sido reforçadas as ações de colaboração com a AMNP - Associação Nacional dos Municípios Portugueses, com a AICEP - Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E., e com a AEP – Associação Empresarial de Portugal, com quem iniciámos a colaboração.

No âmbito dos serviços de consultoria Portugal Site Selection Consulting, foi celebrado um contrato com o Município de Alter do Chão, para analisar as características da região em todas as



suas vertentes, identificar as vantagens competitivas e os clusters a apostar, e refletir sobre o Parque Empresarial existente no Município, propondo alterações na sua oferta e modelo de gestão. O grande objetivo é trazer para primeiro plano a atratividade da região para a captação e fixação de projetos de investimento, capazes de impulsionar a dinâmica empresarial. Este trabalho será traduzido na elaboração de um Dossier do Investidor do Município de Alter do Chão, que, fazendo uso das novas tendências, será inteiramente digital, multilingue, com uma imagem moderna, promovendo o investimento no concelho.

Trabalhámos no sentido de aumentar a informação nas regiões com menor expressão na plataforma ao nível de presença e conteúdos, aspirando à cobertura total nacional. A pandemia limitou de forma decisiva a interação presencial com os municípios, havendo desta forma um ligeiro aumento da taxa de cobertura de Concelhos de 2,6%, atingindo-se 68,18% no final do ano. Registou-se um incremento de 9,2% no total de lotes inseridos, relativamente ao ano anterior, valor que inclui os espaços de escritórios inseridos durante o ano de 2020. Os resultados desta atividade destacam-se no quadro abaixo:



#### **Evolução da recolha de informação 2016 - 2020.**

A plataforma cresceu em número de visitas 3,3% face ao ano anterior, tendo-se verificado um crescimento de 14% do número de países que a visitaram.

*Handwritten signatures and initials*  
13



Evolução das visitas à plataforma Portugal Site Selection no período 2016 - 2020.

○ **Sustentabilidade económico-financeira:**

INDICADORES ECONÓMICOS	2018	2019	2020	Eur
				Variação 2020/2019
EBITDA (R.Operacional antes Amortizações, Depreciações, Imparidades, Provisões e Reversões)	5.278.190 €	6.061.841 €	6.368.028 €	306.188 €
Rentabilidade das Vendas (RL/VN)	20,06%	21,21%	23,40%	2,19 p.p.
Rentabilidade de Capitais Próprios (RL/Capitais Próprios)	8,12%	9,10%	10,42%	1,32 p.p.
Rentabilidade do Ativo (RL/Ativo Total)	5,95%	6,49%	7,51%	1,02 p.p.
<b>INDICADORES FINANCEIROS</b>				
Autonomia Financeira (Capital Próprio/Ativo Total)	73,20%	71,34%	72,08%	0,74 p.p.
Solvabilidade (Capital Próprio/Passivo Total)	2,73	2,49	2,58	0,09

○ **Desenvolvimento de protocolos e parcerias:**

Desenvolveu-se um esforço para incremento das parcerias com entidades com quem podemos ter sinergias no desenvolvimento da atividade, nomeadamente, para o acolhimento de projetos que sejam sustentáveis, com impacto económico-social e que contribuam para o desenvolvimento das regiões onde os ativos sob gestão se localizam.

No âmbito de um contrato para planeamento assinado com a Câmara Municipal de Sines, foi possível proceder à alteração simplificada do PUZILS, que permitiu alterar o uso do solo dos antigos areeiros da ZILS, dotando-os da capacidade de construção de instalações industriais e de produção de energia.

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*



Em 2020 foi assinado um protocolo com a AEP - Associação Empresarial Portugal com o objetivo de desenvolvimento de estratégias conjuntas de internacionalização e de criação de condições favoráveis e competitivas, ao acolhimento de investimento, nacional ou estrangeiro em Portugal.

No âmbito de uma parceria estabelecida com a Agência de Energia e Ambiente da Arrábida (ENA) foi celebrado um protocolo destinado a promover a mobilidade elétrica e sustentável.

### *3. Indicação dos fatores críticos de sucesso de que dependem os resultados da entidade.*

- Desempenho da economia internacional em geral e da portuguesa em particular, nomeadamente no cenário pandémico;
- Evolução dos investimentos industriais em Portugal;
- Criação de capacidade de resposta rápida à procura de espaços à medida;
- Redução nos prazos para instalação dos clientes;
- Flexibilização na política de preços na ZILS;
- Disponibilidade efetiva de áreas de expansão de território na ZILS que permitam acolher mais projetos com a passagem de zonas sob a gestão do ICNF para o perímetro da ZILS;
- Acesso a apoios públicos e incentivos à infraestruturização;
- O desenvolvimento da ligação ferroviária de carga mais direta e mais rápida de Sines a Madrid, previsto para 2022, favorecerá a localização de projetos na ZILS onde o *hinterland* espanhol é fundamental;
- Enquadramento no setor público empresarial - cumprimento de medidas de restrição de contratação, cortes no orçamento geral e nos custos com o pessoal - afetando a *performance* da empresa que desenvolve a atividade em ambiente de forte concorrência nacional e internacional.

### *4. Evidenciação da atuação em conformidade com as orientações definidas pelos ministérios setoriais, designadamente as relativas à política setorial a prosseguir, às orientações específicas a cada entidade, aos objetivos a alcançar no exercício da atividade operacional e ao nível de serviço público a prestar pela entidade (vide n.º 4 do artigo 39.º do RJSPE).*

Os objetivos de gestão previstos no artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, encontram-se refletidos, de forma quantificada, no Plano de Atividades e Orçamento anual.

O PAO é monitorizado trimestralmente e tratado em Relatório de Gestão onde é reportado, para além dos resultados da empresa em geral e das unidades operativas em particular, a análise e justificação aos desvios orçamentais.



A aicep Global Parques – Gestão de Áreas Empresariais e Serviços, S. A. desenvolve a sua atividade visando oferecer áreas de localização empresariais competitivas em parques empresariais dedicados a setores estruturantes da economia nacional, com um objetivo claro: a atração e fixação de investimentos produtivos, nacionais e estrangeiros, nas suas instalações ou outras em Portugal, contribuindo desta forma para o crescimento da riqueza, do emprego, da produção e das exportações nacionais.

Em 2020 a aicep Global Parques manteve a sua estratégia alinhada com o “Programa Internacionalizar”, aprovado pelo Conselho de Ministros no final de 2017. Responsável por várias iniciativas nesse programa, a empresa desempenha um papel relevante nos esforços de promoção do território, captação e instalação de investimento nacional e internacional em Portugal, através da plataforma digital de seleção de localizações empresariais para indústria e logística, o Portugal Site Selection.

O ano de 2020, em contexto de pandemia, exigiu um acompanhamento muito próximo dos clientes instalados nos parques empresariais sob gestão, recomendando uma maior flexibilidade face a desvios e imprevistos de forma a incentivar a continuação da sua atividade. Além de inevitáveis atrasos, foram firmados seis acordos de moratória com clientes, dois dos quais já resolvidos e estando os restantes a ser cumpridos. Não é considerada uma redução de atividade nos parques, estimando-se que eventuais saídas de atuais clientes venham a ser compensadas pela entrada de novos, em corolário dos esforços de angariação em curso.

Conforme o Plano Estratégico 2018-2020, a atividade da aicep Global Parques visa beneficiar motores de crescimento da atividade industrial exportadora portuguesa: no BlueBiz o foco é sobretudo na logística do comércio internacional de automóveis e na fabricação de componentes aeronáuticos – dois setores muito afetados pela pandemia – bem como na química e na agroquímica. Já na ZILS as atividades de produção de energia estão sob grande pressão, a de refinação sofre o efeito da pandemia no abrandamento do consumo de combustíveis por transportes, incluindo aéreos, e a de produção de eletricidade sofre efeitos regulatórios – ao passo que outros clientes se encontram em contraciclo nesta conjuntura, como são os casos da fileira petroquímica de matérias para a indústria transformadora dos plásticos, por um lado, ou a dos gases industriais, por outro.

Destaque ainda para o papel desta empresa na diplomacia económica do Ministério dos Negócios Estrangeiros e da atividade do acionista AICEP Portugal Global, disponibilizando o serviço oficial de seleção de localizações empresariais Portugal Site Selection ([www.portugalsiteselection.pt](http://www.portugalsiteselection.pt)), com o objetivo de atrair investimento direto estrangeiro produtivo para Portugal. Este serviço ganha, no contexto atual, um papel primordial quer no cadastro, qualificação e promoção nacional e internacional das Áreas de Localização Empresarial portuguesas e ativos do Estado para a atração de



investimento; quer a montante, na vertente do ordenamento do território, na procura de sinergias e promoção do investimento público eficiente na sua infraestruturização.

No Setor Empresarial do Estado (SEE), onde a aicep Global Parques se insere, as empresas prosseguem, de acordo com as orientações vigentes, uma política de otimização da estrutura de gastos operacionais com vista à obtenção do seu equilíbrio operacional. Tendo este objetivo em vista, a aicep Global Parques faz da competitividade da sua oferta e da sua sustentabilidade económica e financeira, os pilares da definição do Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para 2021, apresentado e aprovado na Assembleia Geral de 26 de outubro de 2020, ainda que condicionado à aprovação por S. Exa. o Secretário de Estado do Tesouro, o que aconteceu através do despacho n.º 698/2020 – SET de 03 de novembro de 2020.

Indica-se nos quadros seguintes o desempenho económico, consubstanciado no Resultado Líquido da empresa no valor de 2.985 mil EUR, variação positiva de 14,4% sobre 2019:

(em EUR)

Prestação de Serviços	2019	2020	Variação 2019/2018	Variação 2020/2019
Cedência de Direitos de Superfície	8.936.773,28	9.158.176,71	10,4%	2,5%
Aluguer de Instalações	2.025.143,51	2.260.325,22	-1,1%	11,6%
Outras Prestações de Serviços	1.338.765,46	1.337.019,53	2,2%	-0,1%
<b>TOTAL</b>	<b>12.300.682,25</b>	<b>12.755.521,46</b>	<b>7,4%</b>	<b>3,7%</b>

(em EUR)

Resultados Totais	2019	2020		Variação	
		Orçamento	Real	Real - Orçamento	
Total de Rendimentos e Ganhos	13.492.520	14.567.804	13.663.377	-904.426	-6,2%
Total de Gastos e Perdas	10.045.128	11.083.808	9.729.582	-1.354.226	-12,2%
Resultado Antes de Impostos	3.447.392	3.483.996	3.933.796	449.800	12,9%
<b>Resultado Líquido</b>	<b>2.609.480</b>	<b>2.649.387</b>	<b>2.985.251</b>	<b>335.864</b>	<b>12,7%</b>

E no Resultado Antes de Imposto (RAI) das Unidades Operativas e de Suporte:

(em EUR)

Resultado Antes de Impostos	2019	2020		Variação	
		Orçamento	Real	Real - Orçamento	
<b>Unidades Operativas</b>	<b>4.957.841</b>	<b>5.170.770</b>	<b>5.435.369</b>	<b>264.598</b>	<b>5,1%</b>
ZILS	4.741.439	5.220.919	5.141.239	-79.680	-1,5%
Bluebiz	131.491	-111.489	188.637	300.125	269,2%
Albiz	84.911	61.340	105.493	44.153	72,0%
<b>Unidades de Suporte</b>	<b>-1.510.449</b>	<b>-1.686.775</b>	<b>-1.501.573</b>	<b>185.202</b>	<b>11,0%</b>
<b>Total</b>	<b>3.447.392</b>	<b>3.483.996</b>	<b>3.933.796</b>	<b>449.800</b>	<b>12,9%</b>

KAP  
17



O Resultado Líquido do exercício, 2.985.251 EUR, teve uma variação positiva de 13%, face ao Orçamento, o que representa um acréscimo de 335.864 EUR.

Este valor é o resultado de um conjunto de circunstâncias que terminaram com uma variação de negativa dos ganhos da empresa em 6%, mas que a empresa conseguiu anular com uma redução simultânea dos gastos operacionais, em 12%, de onde se destacam:

- Redução nos FSE, para o que contribuíram, por exemplo, a redução nos gastos em eletricidade, conservação, trabalhos especializados e deslocações e estadas;
- Redução dos gastos com Pessoal, devendo-se, principalmente, a situação de colaboradores com baixas prolongadas;
- Redução da renda do IAPMEI e do *fee* da DGTF dado o seu cálculo estar diretamente associado ao resultado da ZILS e aos valores recebidos relativos a faturação de direitos de superfície, respetivamente;
- Redução do valor das Amortizações pelo facto de alguns dos investimentos previstos não se terem concretizado, terem terminado o ano em curso de realização ou iniciado o período de capitalização mais tarde;
- Decorrente da revisão do Plano Ambiental e de Recuperação Paisagística, as ações realizadas nos areiros tiveram um valor muito inferior ao previsto;
- Redução do valor considerado para imparidades de dívidas de clientes, pelo facto de um dos clientes que estava nessa situação, ter sido adquirido e iniciado nova atividade.

*(em EUR)*

INVESTIMENTOS	2019	2020		Variação	
		Orçamento	Real	Real - Orçamento	
Loteamentos de Zonas Industriais	451.604	920.550	35.889	-884.661	-96,1%
Redes de Utilidades	46.271	30.000	8.281	-21.719	-72,4%
Outras Redes de Edifícios	32.000	251.000	194.935	-56.065	-22,3%
Redes Viárias & Vedações	455.351	213.000	217.613	4.613	2,2%
Requalificação de Edifícios	3.593.739	861.000	774.049	-86.951	-10,1%
Equipamento Administrativo	18.726	39.100	16.332	-22.768	-58,2%
Equipamento de Transporte	25.028	25.000	19.705	-5.295	-21,2%
Outros Ativos Fixos Tangíveis	289	31.500	11.382	-20.118	-63,9%
Outros AFT - Sinalética	13.836	25.000	4.223	-20.777	-83,1%
Desenvolvimento Portugal <i>Site Selection</i>	8.444	4.000	17.043	13.043	326,1%
Software	2.301	47.500	0	-47.500	-100,0%
<b>TOTAL</b>	<b>4.647.587</b>	<b>2.447.650</b>	<b>1.299.452</b>	<b>-1.148.198</b>	<b>-46,9%</b>



O Plano de Investimentos para 2020 previa um valor total de 2.447.650 EUR tendo, contudo, o exercício de 2020 terminado com uma realização de 1.299.452 EUR, ou seja, uma percentagem de realização de cerca de 53%. Este desvio deriva essencialmente do facto de ainda não se terem iniciado as obras do novo loteamento industrial na Zona 2 da ZILS, estando ainda na fase de desenvolvimento do projeto, atraso relacionado com a atual conjuntura de instabilidade e incerteza condicionando as decisões de investimento de médio e longo prazo.

*5. Gestão de risco financeiro e cumprimento dos limites máximos do acréscimo de endividamento definidos para 2020, apurados nos termos das orientações do ofício-circular de instruções para elaboração dos IPG - 2020.*

A aicep Global Parques não possui qualquer endividamento ou financiamento externo.

*6. Evolução do Prazo Médio de Pagamento a fornecedores, conforme a RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril.*

A aicep Global Parques aderiu, em 19 de outubro de 2016, ao Compromisso de Pagamento Pontual a Fornecedores, participando de forma ativa no movimento de responsabilidade social na promoção de uma cultura de pagamento pontual e da competitividade da economia portuguesa.

Em 2020 o prazo médio de pagamento foi de 23,2 dias.

	2018	2019	2020	Varição 2020/2019
Prazo médio de pagamento anual	27,9	23,5	23,2	-1%

### III. Estrutura de capital

*1. Divulgação da estrutura de capital (consoante aplicável: capital estatutário ou capital social, número de ações, distribuição do capital pelos acionistas, etc.), incluindo indicação das diferentes categorias de ações, direitos e deveres inerentes às mesmas e percentagem de capital que cada categoria representa (vide alínea a) do n.º 1 do artigo 44.º do RJSPE).*

A empresa é detida integralmente por capitais públicos.

Em 31-12-2020 o capital da Empresa, integralmente realizado, era composto por 4.037.261 ações, com o valor nominal de 5,00 EUR, detido pelos seguintes acionistas:



ACIONISTAS	VALOR - €	AÇÕES	%
AICEP - Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, EPE	18.406.890,00	3.681.378	91,19%
IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.	1.084.590,00	216.918	5,37%
APS - Administração dos Portos de Sines e do Algarve, SA	434.265,00	86.853	2,14%
Caixa Geral de Depósitos, SA	130.280,00	26.056	0,65%
Câmara Municipal de Sines	130.280,00	26.056	0,65%
	<b>20.186.305,00</b>		

### *2. Identificação de eventuais limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações.*

De acordo com o previsto no número 3 do artigo 5.º dos Estatutos da empresa, a maioria absoluta das ações com direito de voto pertencerão ao Estado, pessoas coletivas de direito público, empresas públicas, sociedades de capitais públicos ou sociedades cujo capital por força de lei ou dos estatutos deva pertencer maioritariamente aos entes públicos atrás indicados. Está também previsto que a sociedade poderá emitir qualquer tipo de obrigações, nominativas ou ao portador nos termos da lei.

### *3. Informação sobre a existência de acordos parassociais que sejam do conhecimento da entidade e possam conduzir a eventuais restrições.*

Não é do conhecimento da Administração a existência de qualquer acordo parassocial.

## **IV. Participações Sociais e Obrigações detidas**

*1. Identificação das pessoas singulares (órgãos sociais) e/ou coletivas (entidade) que, direta ou indiretamente, são titulares de participações noutras entidades, com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos imputáveis, bem como da fonte e da causa de imputação nos termos do que para o efeito estabelece o Código das Sociedades Comerciais (CSC) no seu artigo 447.º (vide alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 44.º do RJSPE).*

No final de 2020, a aicep Global Parques detinha as seguintes participações sociais:

	%	Valor de aquisição - €
TECMAIA - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A., E.M.	17,27	585.025,00
ADRAL - Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo, S.A.	3,60	17.964,00
RECIPNEU - Empresa Nacional de Reciclagem de Pneus, Lda.	3,30	45.375,00



Relativamente às participações na Tecmaia e na Recipneu, encontram-se registadas perdas por imparidade pelo valor total das participações no capital. De referir que a Tecmaia se encontra em processo de liquidação.

*2. Explicitação da aquisição e alienação de participações sociais, bem como da participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional (vide alínea c) do n.º 1 do artigo 44.º do RJSPE).*

No exercício de 2020, não se verificaram aquisições e alienações de participações sociais.

A aicep Global Parques participa num conjunto de entidades de natureza associativa, a saber:

- ECSPP - European Chemical Site Promotion Platform;
- APQUIMICA - Associação das Indústrias da Petroquímica, Química e Refinação;
- APLOG - Associação Portuguesa de Logística;
- AED - Associação Portuguesa para o Cluster das Indústrias Aeronáuticas, do Espaço e da Defesa;
- CPLS - Comunidade Portuária e Logística de Sines;
- COMSINES - Conselho das Comunidades de Sines;
- AFTLA - Associação para a Formação Tecnológica no Litoral Alentejano;
- AESINTRA - Associação Empresarial de Sintra;
- AISET - Associação da Indústria da Península de Setúbal;
- ENA - Agência de Energia e Ambiente da Arrábida;
- Bombeiros Voluntários de Sines;
- Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Santo André;
- Bombeiros Voluntários de Setúbal;
- Bombeiros Voluntários de São Pedro de Sintra;
- Câmara de Comércio e Indústria Luso-Francesa;
- AmCham Portugal - Câmara de Comércio Americana em Portugal;
- Câmara de Comércio e Indústria Luso-Espanhola;
- Câmara de Comércio e Indústria Luso-Chinesa.

*3. Indicação do número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização, quando aplicável nos termos do n.º 5 do artigo 447.º do CSC.*

À data de 31 de dezembro de 2020, os membros do Conselho de Administração e o Fiscal Único não são titulares de ações da Sociedade, nem sobre elas realizaram quaisquer aquisições ou alienações.



#### *4. Informação sobre a existência de relações de natureza comercial entre os titulares de participações e a entidade.*

As relações significativas de natureza comercial mantidas entre a Sociedade e os titulares de participações qualificadas, durante o exercício de 2020, correspondem às transações com partes relacionadas identificadas no capítulo VIII.

## V. Órgãos Sociais e Comissões

### A. Modelo de Governo

*A entidade deve apresentar um modelo de governo societário que assegure a efetiva separação entre as funções de administração executiva e as funções de fiscalização (vide n.º 1 do artigo 30.º do RJSPE).*

#### *1. Identificação do modelo de governo adotado.*

- a) A **Assembleia Geral**, constituída por um Presidente e um Secretário;
- b) O **Conselho de Administração** constitui o nível hierárquico máximo da empresa, que delega parte das suas funções numa Comissão Executiva. Compete à Comissão Executiva, no âmbito dos poderes delegados, a administração e coordenação das Direções, com vista à prossecução da missão e objetivos da empresa.

De acordo com os estatutos da aicep Global Parques, a empresa obriga-se pela assinatura de dois administradores; pela assinatura de um administrador e um procurador; pela assinatura de um administrador, no âmbito da respetiva delegação de competências ou se para o efeito tiver sido designado em ata do Conselho de Administração ou pela assinatura de procurador legalmente constituído nos termos e no âmbito do respetivo mandato.

A Comissão Executiva, no âmbito do seu funcionamento, com a existência de três Unidades de suporte (DAF - Direção Administrativa e Financeira, DN - Direção de Negócio e DT - Direção Técnica), transversais a todas as Unidades de Negócio, atribui pelouros a cada um dos seus membros, encontrando a distribuição atual da seguinte forma:

- Presidente da Comissão Executiva: DAF, Relações Institucionais;
- Vice-Presidente da Comissão Executiva: DT;
- Administradora Executiva: DN.

- c) A **Fiscalização** dos negócios sociais compete a um Fiscal Único que tem um suplente, eleitos em Assembleia Geral, por um período de três anos. O Fiscal Único é uma sociedade de revisores oficiais de contas, com um representante nomeado para o cargo, e o suplente é revisor oficial de contas.

UAF

22



## B. Assembleia Geral

*1. Composição da mesa da assembleia geral, ao longo do ano em referência, com identificação dos cargos e membros da mesa da assembleia geral e respetivo mandato (data de início e fim), assim como a remuneração relativa ao ano em referência. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte, a entidade deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou).*

De acordo com o disposto no número 8 do artigo 8.º dos estatutos da aicep Global Parques, a mesa da Assembleia Geral é constituída por um presidente e um secretário, que poderão ser acionistas, ou não, e que exercerão o seu mandato, sem prejuízo de reeleição, durante três exercícios consecutivos. Encontra-se em curso o mandato de 2018/2020, sendo a sua composição em 31 de dezembro de 2020 a seguinte:

### **Presidente da Mesa da Assembleia Geral**

Nuno André Oliveira Mangas Pereira

### **Secretário da Mesa**

Nuno José Gonçalves Mascarenhas

Os membros da Mesa da Assembleia Geral não são remunerados.

*2. Identificação das deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, e indicação dessas maiorias.*

Não existentes.

## C. Administração e Supervisão

*1. Indicação das regras estatutárias sobre procedimentos aplicáveis à nomeação e substituição dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão.*

De acordo com os estatutos da aicep Global Parques, a administração da sociedade é eleita em Assembleia Geral, competindo também à Assembleia Geral designar o Presidente do Conselho de Administração.

O Conselho de Administração pode delegar a gestão corrente da sociedade numa Comissão Executiva, formada por até cinco administradores, um dos quais designado Presidente da Comissão



Executiva. Em alternativa pode o Conselho de Administração delegar a gestão corrente em administradores-delegados, até ao máximo de três, com expressa indicação dos limites da delegação e das áreas funcionais de atuação atribuídas a cada um deles.

O Conselho de Administração poderá, a todo o tempo, destituir do cargo qualquer dos administradores delegados ou substituir os membros da Comissão Executiva.

A empresa não possui Conselho Geral e de Supervisão.

*2. Caracterização da composição, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte, a entidade deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou).*

De acordo com os estatutos da aicep Global Parques, a administração da sociedade é exercida por um Conselho de Administração composto por até sete membros os quais exercem os respetivos mandatos durante três exercícios consecutivos, podendo ser reeleitos até ao limite de duas renovações.

Quanto à composição dos Órgãos Sociais nomeados em Assembleia Geral de 29 de junho de 2018, verificou-se a 1 de setembro de 2019 a saída do Vogal do Conselho de Administração não executivo Luís Miguel Pacheco da Fontoura. A saída deveu-se à sua deslocalização profissional para Luanda, Angola. Durante o ano de 2019 e 2020 não houve substituição, tendo de 1 de setembro de 2019 a 31 de dezembro de 2020 o Conselho de Administração a composição de quatro elementos.

Em 2020 o Conselho de Administração integrou:

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação		Remuneração	
			Forma	Data	Entidade Pagadora	(O/D)
2018-2020	Presidente do Conselho de Administração, Não executivo	Maria Manuel Aires Serrano	Assembleia Geral	29/06/2018	Não Remunerada	Não aplicável
2018-2020	Vice-Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva	Filipe Costa	Assembleia Geral	29/06/2018	aicep Global Parques	D
2018-2020	Vogal do Conselho de Administração e Vice-Presidente da Comissão Executiva	Silvino Malho Rodrigues	Assembleia Geral	29/06/2018	aicep Global Parques	D
2018-2020	Vogal do Conselho de Administração e Vogal da Comissão Executiva	Isabel Caldeira Cardoso	Assembleia Geral	29/06/2018	aicep Global Parques	D



*3. Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração e, relativamente aos membros não executivos, identificação dos membros que podem ser considerados independentes, ou, se aplicável, identificação dos membros independentes do Conselho Geral e de Supervisão (vide artigo 32.º do RJSPE).*

De acordo com os estatutos da aicep Global Parques, a administração da sociedade é exercida por um Conselho de Administração composto por até sete membros. O Conselho pode delegar a gestão corrente da sociedade numa Comissão Executiva, formada por até cinco administradores, um dos quais designado Presidente da Comissão Executiva.

Apesar de nomeados em nome individual, a Presidente do Conselho de Administração, Maria Manuel Aires Serrano, e o Administrador não Executivo, Luís Miguel Fontoura, são respetivamente Administradora Executiva e Diretor na AICEP - Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, acionista da aicep Global Parques.

A empresa não possui Conselho Geral e de Supervisão.

*4. Apresentação de elementos curriculares relevantes de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo. Deverão especificamente ser indicadas as atividades profissionais exercidas, pelo menos, nos últimos 5 anos (vide alínea j) do n.º 1 do artigo 44.º do RJSPE).*

Ver ANEXO I.

*5. Evidências da apresentação das declarações de cada um dos membros do órgão de administração ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização, bem como à Inspeção-Geral de Finanças (IGF), de quaisquer participações patrimoniais que detenham na entidade, assim como quaisquer relações que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse (vide artigo 52.º do RJSPE).*

Ver ANEXO V.



*6. Identificação de relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo com acionistas.*

**Presidente do Conselho de Administração – Maria Manuel Aires Serrano**

Administradora Executiva da acionista AICEP – Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal.

*7. Apresentação de organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da entidade, incluindo informação sobre delegações de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da entidade.*

A aicep Global Parques, no âmbito da sua atividade, desenvolve um conjunto de competências que são desempenhadas através de uma estrutura orgânica do tipo hierárquico, com os seguintes níveis de responsabilidade:

#### **A Administração**

O Conselho de Administração constitui o nível hierárquico máximo da empresa, que delega parte das suas funções numa Comissão Executiva. Compete à Comissão Executiva, no âmbito dos poderes delegados, a administração e coordenação das Direções, com vista à prossecução da missão e objetivos da empresa.

Compete diretamente à Comissão Executiva:

- Coordenação geral da empresa;
- Relações institucionais;
- Administração das Unidades Operativas: considerados os locais onde a empresa desenvolve a sua atividade, ZILS, BlueBiz e Albiz;
- Coordenação das Unidades de Suporte: considerados os serviços transversais, ou seja, Direção Administrativa e Financeira, Direção de Negócio e Direção Técnica.

Em reunião de 2 de julho de 2018 o Conselho de Administração aprovou o Regulamento da Comissão Executiva (CE), no qual são definidas, nomeadamente, as competências para autorização de realização de despesas e as condições da respetiva delegação. Em consequência foram criadas as bases para se consolidarem as regras para a aprovação de despesas, no dia-a-dia do funcionamento da empresa. O Regulamento manteve-se em vigor em 2020.

*MSF*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*



A realização de qualquer despesa deve ser objeto de autorização prévia nos termos das competências seguidamente referidas.

Sempre que seja necessário realizar qualquer despesa, cujo valor não possa ser previamente conhecido, por razões da sua própria natureza, deverá ser apresentado para prévia autorização à Comissão Executiva o pedido no qual seja especificada a natureza e a necessidade da referida despesa.

Em todos os procedimentos deve cumprir-se o "Manual de Procedimentos" em vigor na empresa.

Nos termos do já referido "Regulamento da CE", no âmbito de competências da Comissão Executiva, foi definida autorização para aprovação de despesas constantes no Orçamento, até 200.000,00 euros por cada uma, concretamente as referentes a gastos de funcionamento corrente e de investimento. Para as despesas não orçamentadas foi definido que o limite máximo de autorização por despesa é de 25.000 euros.

De acordo com o disposto no número 3 do artigo 3.º do Regulamento da CE, são delegados poderes para autorizar despesas orçamentadas de acordo com o quadro seguinte:

Comissão Executiva	> 10.000 € e ≤ 200.000 €
Presidente da CE e Um Administrador	≤ 10.000 €
Dois Administradores	≤ 7.500 €
Presidente da CE	≤ 2.500 €
Administrador	≤ 2.000 €
Diretor	≤ 1.000 €

São igualmente delegados poderes para autorizar despesas não orçamentadas de acordo com o quadro seguinte:

Comissão Executiva	≤ 25.000 €
Presidente da CE e Um Administrador	≤ 7.500 €
Dois Administradores	≤ 5.000 €
Presidente da CE	≤ 2.000 €
Administrador	≤ 1.500 €

Os pagamentos são efetuados pelos administradores executivos, vinculados por duas assinaturas, através da utilização de *Homebanking*, após verificação e confirmação pelos Diretores que estejam na origem da despesa e validação e aprovação pela Diretora Administrativa e Financeira.



## As Direções

### Direção Administrativa e Financeira

Assegura as funções administrativas, contabilísticas, financeiras, fiscais, de recursos humanos, de planeamento, de procedimentos e controlo, património, compras, estudos, acompanhamento das participadas e de apoio à gestão (Plano e Orçamento, monitorização e obrigações de divulgação).

### Direção Técnica

Assegura as funções de desenvolvimento dos instrumentos de planeamento e ordenamento das áreas/produtos sob gestão, promovendo – em *insourcing* ou *outsourcing* – projetos, processos de licenciamento, execução das consequentes obras de loteamento e infraestruturização e obras de grande manutenção, tendo em conta as várias unidades de negócio sob gestão da empresa.

### Direção de Negócio

A Direção de Negócio assume responsabilidades que englobam vertentes como: o desenvolvimento de produto, o acompanhamento comercial, as relações institucionais, a comunicação e a promoção comercial. Assegura ainda a gestão do produto/serviço Portugal Site Selection.

### Direção de Unidade de Negócio – Parques Empresariais

Numa base local ou regional, desempenha a função de gestão da unidade, assegura a gestão dos recursos locais (pessoal, manutenção, outros gastos operacionais), assim como o relacionamento com os clientes, atuais e potenciais, e suporta as relações institucionais locais. Neste caso incluem-se a ZILS, o BlueBiz e o Albiz.

A estrutura organizacional assume uma lógica matricial, centrada nas competências/produtos, permitindo às Unidades Operativas focar-se naquilo que é o seu objeto principal, na sua área de intervenção, com o apoio das Unidades de Suporte, enquanto entidades com atividades transversais à empresa. É um tipo de organização com uma estrutura ágil e reduzida o que, para absorver as exigências necessárias ao funcionamento da empresa, obriga a que seja necessariamente multidisciplinar.



8. Caracterização do funcionamento do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, indicando designadamente:

a) Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro às reuniões realizadas;

Período de 1 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020

n.º de reuniões CA: 11 (ata 252 a 262)

n.º de reuniões CE: 36 (ata 683 a 718)

	Presenças	
	CA*	CE**
Presidente do Conselho de Administração Maria Manuel Aires Serrano	11	***
Presidente da Comissão Executiva Filipe Santos Fernandes Costa	11	36
Vice-Presidente da Comissão Executiva Silvino Rosa Malho Rodrigues	11	36
Vogal Executiva Isabel Luísa Caldeira Gonçalves Ferreira Cardoso Manso Preto	11	36

\*Conselho de Administração

\*\*Comissão Executiva

\*\*\* Não Executivos

Handwritten signatures and initials, including the number 29.



*b) Cargos exercidos em simultâneo em outras entidades, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício, apresentados segundo o formato seguinte:*

**Período de 1 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020**

Conselho de Administração	Acumulação de Funções		
	Entidade	Funções	Regime
Maria Manuel Aires Serrano *	AICEP Portugal Global, EPE	Administradora	Público
Filipe Costa **	ADRAL, SA	Administrador	Privado
Silvino Malho Rodrigues **	COMSINES	Presidente da Assembleia Geral	Privado
Silvino Malho Rodrigues **	ENA	Administrador	Privado
Isabel Caldeira Cardoso **	European Chemical Site Promotion Platform (ECSPP)	Membro do Comité Executivo	Privado
Isabel Caldeira Cardoso **	APLOG	Membro da Mesa da Assembleia Geral	Privado
Isabel Caldeira Cardoso ***	João 13 - Assoc. Apoio e Serviços a Pessoas Carentiadas	Membro do Conselho Fiscal	Privado

\* Cargo Remunerado

\*\* Em representação da aicep Global Parques. Cargos não remunerados.

\*\*\* Cargo não remunerado

*c) Órgãos da entidade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos e critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos mesmos;*

Não aplicável, sem prejuízo da avaliação da gestão pela Assembleia Geral, nomeadamente por ocasião da aprovação do relatório de gestão e contas anual.

Estando em curso a aprovação do Contrato de Gestão, não existem outros critérios para além dos objetivos definidos e aprovados no Plano de Atividades e Orçamento anual.

*d) Comissões existentes no órgão de administração ou supervisão, se aplicável. Identificação das comissões, composição de cada uma delas assim como as suas competências e síntese das atividades desenvolvidas no exercício dessas competências.*

Não existentes.

## D. Fiscalização

*1. Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado e composição, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de*



*Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, ao longo do ano em referência, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos e suplentes, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte, a entidade deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou).*

A fiscalização dos negócios sociais compete a um fiscal único que terá um suplente, eleitos em Assembleia Geral por um período de três anos, podendo ser reeleitos por uma ou mais vezes.

O fiscal único e o suplente serão revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas.

### **Fiscal Único Efetivo**

BDO & Associados, SROC, representada por Pedro Aleixo Dias

### **Fiscal Único Suplente**

Mário Jorge Silvestre Neto

O atual Fiscal Único Efetivo SROC/ROC iniciou o seu primeiro mandato em 2012. Anteriormente: (i) esta SROC era representada por outro ROC (desde 2006); (ii) no período de 2002 a 2004 o Fiscal Único Efetivo era outra SROC que veio a ser integrada na atual SROC.

O atual Fiscal Único Suplente foi designado para um primeiro mandato correspondente ao exercício de 2009.

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			Nº de Mandatos exercidos na sociedade
		Nome	Nº Inscrição OROC	Nº Inscrição CMVM	Forma	Data	Contratada	
2018-2020	Efetivo	BDO & Associados - SROC, Lda Representada por Pedro Manuel Aleixo Dias	29	1122	Assembleia Geral	29/06/2018	Sim	5
2018-2020	Suplente	Mario Jorge Silvestre Neto	1192	N.A.	Assembleia Geral	29/06/2018	Sim	4

**2. Identificação, consoante aplicável, dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras que se considerem independentes, nos termos do n.º 5 do artigo 414.º, do CSC.**

Não aplicável.



*3. Apresentação de elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras e outros. Deverão especificamente ser indicadas as atividades profissionais exercidas, pelo menos, nos últimos 5 anos.*

Não aplicável.

*4. Procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo;*

Não aplicável.

*5. Outras funções dos órgãos de fiscalização e, se aplicável, da Comissão para as Matérias Financeiras.*

Não aplicável.

*6. Caracterização do funcionamento do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras:*

Não aplicável.

## E. Revisor Oficial de Contas (ROC)

*1. Identificação, membros efetivo e suplente, da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC), do ROC e respetivos números de inscrição na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), caso aplicável, e dos sócios ROC que a representam e indicação do número de anos em que o ROC exerce funções consecutivamente junto da entidade e/ou grupo. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte, a entidade deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou).*

Revisor Oficial de Contas / Fiscal Único:

Ver número de inscrição na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) e na CMVM no quadro do ponto D.1. anterior:

- Efetivo - BDO & Associados, SROC, Lda. representada por Pedro Aleixo Dias



O atual Fiscal Único Efetivo SROC/ROC iniciou o seu primeiro mandato em 2012. Anteriormente: (i) esta SROC era representada por outro ROC (desde 2006); (ii) no período de 2002 a 2006 o Fiscal Único Efetivo era outra SROC que veio a ser integrada na atual SROC.

- Suplente:

Mário Jorge Silvestre Neto (em funções desde 2009).

### *2. Indicação das limitações, legais e outras, relativamente ao número de anos em que o ROC presta serviços à entidade.*

Não existem limitações legais ou outras, relativamente ao número de anos em que o ROC presta serviços à entidade.

### *3. Indicação do número de anos em que a SROC e/ou o ROC exerce funções consecutivamente junto da entidade/grupo, bem como indicação do número de anos em que o ROC presta serviços nesta entidade, incluindo o ano a que se refere o presente relatório, bem assim como a remuneração relativa ao ano em referência, apresentados segundo os formatos seguintes:*

O atual Fiscal Único Efetivo SROC/ROC iniciou o seu primeiro mandato em 2012. Anteriormente: (i) esta SROC era representada por outro ROC (desde 2006); (ii) no período de 2002 a 2006 o Fiscal Único Efetivo era outra SROC que veio a ser integrada na atual SROC.

A remuneração do Fiscal Único, estabelecida conforme deliberado em Assembleia Geral para os dois mandatos, em contrato de prestação de serviços celebrado com a aicep Global Parques, S. A., representou, em 2020, 12.600,00 EUR, acrescidos de IVA.

Período de 1 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020.

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			Nº de Mandatos exercidos na sociedade
		Nome	Nº Inscrição OROC	Nº Inscrição CMVM	Forma	Data	Contratada	
2018-2020	Efetivo	BDO & Associados - SROC, Lda Representada por Pedro Manuel Aleixo Dias	29	1122	Assembleia Geral	29/06/2018	Sim	5
2018-2020	Suplente	Mário Jorge Silvestre Neto	1192	N.A.	Assembleia Geral	29/06/2018	Sim	4



Nome	Remuneração Anual 2020 (€)			Valor Final
	Bruto	Reduções Remuneratórias	Reversão Remuneratória	
BDO & Associados - SROC, Lda	12 600,00	0,00	0,00	12 600,00

**4.4. Descrição de outros serviços prestados pela SROC à entidade e/ou prestados pelo ROC que representa a SROC, caso aplicável.**

Não aplicável.

## F. Conselho Consultivo

A empresa não dispõe de Conselho Consultivo, apesar de previsto nos seus Estatutos a possibilidade da sua constituição.

## G. Auditor Externo

A empresa não dispõe de auditor externo.

## VI. Organização Interna

### A. Estatutos e Comunicações

**1. Indicação das regras aplicáveis à alteração dos estatutos da entidade.**

Os estatutos da empresa não definem as regras para se proceder à respetiva alteração pelo que deve seguir-se a lei geral, ou seja, aprovado pela Assembleia Geral.

**2. Caracterização dos meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na entidade.**

Não existe até ao momento um código de ética e de conduta que tenha pré-estabelecidos mecanismos ou processos de comunicação de eventuais irregularidades ocorridas na empresa. Considerando a dimensão da empresa, os níveis hierárquicos existentes e a facilidade na comunicação interna, é simples a passagem deste tipo de informação.

Não foram registadas até à data comunicações deste género.



*3. Indicação das políticas antifraude adotadas e identificação de ferramentas existentes com vista à mitigação e prevenção de fraude organizacional.*

No que se refere à mitigação e prevenção de fraude organizacional, para além da monitorização ao cumprimento dos procedimentos existentes, como é o caso dos relativos a compras, existe o Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, no âmbito do qual são identificados potenciais riscos e estabelecidos objetivos e medidas para minimizar os riscos nele assinalados

(<https://globalparques.pt/wp-content/uploads/2021/01/Plano-de-Gesta%CC%83o-de-Riscos-de-Corrupc%CC%A7a%CC%83o-e-Infrac%CC%A7o%CC%83es-Conexas.pdf>)

## B. Controlo interno e gestão de riscos

*1. Informação sobre a existência de um Sistema de Controlo Interno (SCI) compatível com a dimensão e complexidade da entidade, de modo a proteger os investimentos e os seus ativos (este deve abarcar todos os riscos relevantes para a entidade).*

A aicep Global Parques detém um conjunto de procedimentos que visam organizar os circuitos e os processos administrativos, financeiros e documentais, de modo a garantir um bom cumprimento das diretivas de gestão e respetiva autorização das operações e transações.

A estrutura organizacional encontra-se definida e espelhada no organograma atrás apresentado, estando definidas as funções de cada uma das Unidades e estabelecidas as limitações de autoridade e respetiva delegação de competências.

No que respeita ao processo de divulgação de informação económico-financeira, existem processos claros e conhecidos de toda a organização, no âmbito da gestão, que definem a forma de aprovação, conferência e validação da despesa realizada com uma hierarquia de delegação de competências por níveis de responsabilidade repartidas pelas Direções, vogais executivos e Conselho de Administração, consoante os montantes, conforme referido anteriormente. Todas as despesas correntes e de investimento realizadas são baseadas num orçamento anual aprovado pelo Conselho de Administração, por S. Exa. o Secretário de Estado do Tesouro após validação pela UTAM e pelos acionistas. A área financeira faz um acompanhamento da execução orçamental, identifica os desvios e as suas causas.

A informação económico-financeira é produzida pela Direção Financeira e reportada, trimestralmente, caso não se justifique outro momento, ao Conselho de Administração, que distribui

Handwritten signatures and initials in blue ink, including the number 35.



pelas várias direções. Externamente, desde final de 2017, à Direção-Geral do Tesouro e Finanças/Inspeção-Geral de Finanças (registo direto no SIREF-Sistema de Recolha de Informação Económico-Financeira, conforme o calendário previsto).

*2. Identificação de pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistema de gestão e controlo de risco que permita antecipar e minimizar os riscos inerentes à atividade desenvolvida.*

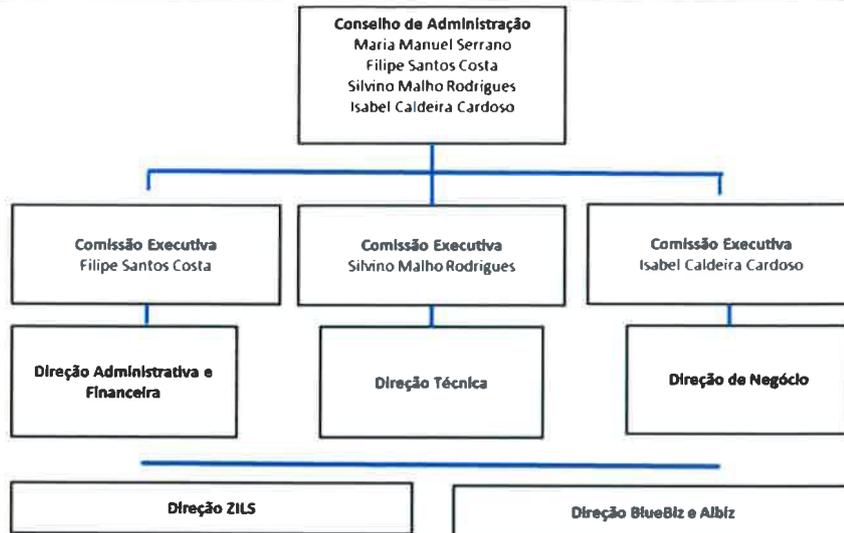
A empresa não possui um serviço de auditoria interna, sendo esta função realizada pelos intervenientes nos processos e ações em curso, para os quais existem procedimentos que permitem que sejam envolvidas pessoas de áreas distintas da que está na origem do processo, o que permite a monitorização correspondente com vista à minimização dos riscos inerentes e independência no controlo.

*3. Em caso de existência de um plano estratégico e de política de risco da entidade, transcrição da definição de níveis de risco considerados aceitáveis e identificação das principais medidas adotadas.*

A empresa definiu um plano Estratégico para o Triénio de 2018-2020, aprovado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral realizada em 25 janeiro de 2019 traduzido, em cada ano, no Plano de Atividades e Orçamento, aprovado pela função acionista, e que tem em conta a forma matricial de funcionamento da empresa. Tendo em conta a dimensão e o tipo de negócio da empresa e o envolvimento cruzado de áreas diferenciadas nos vários processos, não se considerou, até à data, haver necessidade de realização de um plano de riscos da entidade.

*4. Explicação, ainda que por inclusão de organograma, das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da entidade.*

As relações de dependência hierárquica existentes na sociedade são as que constam no organograma seguinte:



*5. Indicação da existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.*

Todas as unidades, de suporte e operativas, da empresa têm competência na prevenção de riscos em função da sua relação com a natureza dos mesmos.

*6. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros, operacionais e jurídicos) a que a entidade se expõe no exercício da atividade.*

Os principais riscos identificados no exercício da atividade são:

- em termos económicos e financeiros:

- Incumprimento de pagamentos de dívidas de clientes;
- Investimentos financeiros/participações societárias;
- Denúncia antecipada de vínculos contratuais.

- em termos operacionais:

- Inexistência de produto disponível para ocupação imediata;
- Incumprimento dos prazos assumidos para a instalação de novos clientes decorrente de atrasos nas obras de infraestruturização dos novos espaços;
- Denúncia antecipada de vínculos contratuais;
- Incumprimento das regras estabelecidas para o Plano de Monitorização Ambiental da ZILS.

- em termos jurídicos:

- Os riscos jurídicos são os genéricos de qualquer atividade pelo incumprimento de leis ou regulamentos.



*7. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos.*

Atualmente, a avaliação, tratamento e gestão do risco são efetuados para os âmbitos do ambiente, segurança e saúde no trabalho e segurança da informação.

A gestão do risco passa pela identificação de fontes de risco, áreas de impacto, causas e potenciais consequências de forma a proceder à análise do risco inerente. Concluída a análise deverá ser definida a metodologia a adotar para a resolução do problema ou da sua mitigação.

A responsabilidade civil dos riscos operacionais referidos encontra-se devidamente transferida (seguros) até aos montantes considerados adequados.

Relativamente aos riscos associados às compras, tendo sido adquirida uma plataforma de contratação para consultas para aquisição de empreitadas, de bens e serviços com o objetivo de alargar o leque de fornecedores, em total transparência processual, existem orientações explícitas relativamente à sua utilização prioritária face a outras formas de consulta.

*8. Identificação dos principais elementos do SCI e de gestão de risco implementados na entidade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira.*

Devendo a política de risco da aicep Global Parques vir a ser definida no âmbito do Plano Estratégico, incluindo, nomeadamente, a gestão do risco associado à informação financeira e segurança da informação, para as quais não existe atualmente um plano específico aprovado, a respetiva divulgação tem vindo a ser efetuada, nomeadamente no que respeita ao conteúdo dos vários documentos de *reporting*, à sua disponibilização no portal da empresa na internet, para além do cumprimento das obrigações decorrentes do Código das Sociedades Comerciais.

Outra informação pontual prestada para o exterior comporta apenas elementos anteriormente divulgados ao abrigo das obrigações legais ou das orientações do acionista, para além de ser obrigatoriamente canalizada pela área orgânica da empresa responsável pela função de Comunicação ou pela Direção Financeira.

## C. Regulamentos e Códigos

- 1. Referência sumária aos regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos a que a entidade está legalmente obrigada, com apresentação dos aspetos mais relevantes e de maior importância. Indicação da hiperligação do sítio na internet da entidade onde estes elementos se encontram disponíveis para consulta.*



a) Estatuto jurídico

A aicep Global Parques é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos que se rege pelos seus estatutos, cuja versão se encontra publicada no seu portal da internet:

<https://globalparques.pt/wp-content/uploads/2021/01/estatutos.pdf>

A atual estrutura da aicep Global Parques, à data denominada APIPARQUES, teve origem, em 2004, na fusão por incorporação das empresas PGS – Promoção e Gestão de Áreas Industriais e Serviços, S. A. e da SODIA 2, S. A..

A aicep Global Parques, na sequência do acima referido, assumiu todos os compromissos e responsabilidades das empresas incorporadas pelo que está obrigada a cumprir o Acordo de Gestão existente com o IAPMEI, para a gestão da Zona Industrial e Logística de Sines e restante património do IAPMEI naquela zona.

Para além da legislação aplicável às sociedades comerciais em geral, a aicep Global Parques, por ter natureza de empresa pública, está também sujeita, naquilo que se lhe aplica, à legislação específica do Setor Empresarial do Estado, designadamente, o Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que estabelece o regime jurídico deste setor.

b) Enquadramento em matéria de pessoal

O pessoal da aicep Global Parques está sujeito à Lei Geral do Trabalho. A empresa possui ainda os seguintes regulamentos internos de recursos humanos:

- Regulamento interno: Procedimento de Carreiras; Procedimento de Desempenho; Procedimento de Compensações; Procedimento de Assiduidade, Ausências e Férias; Procedimento Utilização de Viaturas; Procedimento de deslocações em Serviço;
- Código de boa conduta para a prevenção e combate ao assédio no trabalho;  
[https://drive.google.com/file/d/1hjJM8\\_5wZB7JQMaTtY0x-S8rwY\\_QILi3/view](https://drive.google.com/file/d/1hjJM8_5wZB7JQMaTtY0x-S8rwY_QILi3/view)
- Código de Ética e de Conduta.  
<https://drive.google.com/file/d/1d3MTUsFhvTgOOgfo5uTGBVvQkdzEbdVY/view>

c) Outros normativos

No âmbito da atividade exercida, a empresa possui:

- Planos de Emergência Interna, aprovados pela ANPC, para os escritórios de Lisboa e para os Parques Empresariais:

 BlueBiz (Setúbal)



[https://drive.google.com/file/d/1ry0JOIClsbdYyGXhI5MFG-0Nv4\\_5C5Rv/view?usp=sharing](https://drive.google.com/file/d/1ry0JOIClsbdYyGXhI5MFG-0Nv4_5C5Rv/view?usp=sharing)

📁 Albiz (Sintra)

[https://globalparques.pt/wp-content/uploads/2020/11/Plano-emergencia-Albiz\\_.pdf](https://globalparques.pt/wp-content/uploads/2020/11/Plano-emergencia-Albiz_.pdf)

○ Regulamentos para os Parques Empresariais:

📁 BlueBiz (Setúbal)

<https://globalparques.pt/wp-content/uploads/2020/11/Regulamento-BlueBiz.pdf>

📁 Albiz (Sintra)

[https://globalparques.pt/wp-content/uploads/2020/11/Regulamento\\_Albiz.pdf](https://globalparques.pt/wp-content/uploads/2020/11/Regulamento_Albiz.pdf)

○ Regulamentos e legislação relativa ao funcionamento da ZILS:

📁 Plano de Segurança Interno do CNZILS

📁 PDM Sines Portaria 623/90 de 4/8

📁 PUZILS Edital nº 1090/2008 em DR 2ª Serie nº 217 de 7/11/2008

📁 Plano de Monitorização Ambiental da ZILS

<https://drive.google.com/file/d/1qn2xRznO4HS6SplHV0al3BAHyBAjxCJE/view>

📁 Regulamento do Loteamento E da Zona 1 da ZILS

📁 Regulamento do Loteamento da Zona 2 da ZILS

📁 Regulamento do Loteamento da Zona 10 da ZILS

📁 Contrato de Cooperação Interempresarial (base contratual para a EGEO – Entidade Gestora das Esteiras de Oleodutos da ZILS)

📁 Plano de Pedreira do Areeiro ZILS IGM 6316

📁 Plano Ambiental de Recuperação Paisagística do Areeiro ZILS IGM 6316

📁 Regulamento do Condomínio dos Blocos A1, A5, B2, B3, B4, B5, B6, C1, C2 do Bairro do Pinhal, Vila Nova de Santo André

📁 Legislação de fixação dos preços dos cânones de direitos de superfície e contratos de prestação de serviços.

○ Plano de qualidade cliente e colaborador.

2. *Referência à existência de um código de ética, com a data da última atualização, que contemple exigentes comportamentos éticos e deontológicos. Indicação onde este se encontra disponível para consulta, assim como indicação da forma como é efetuada a sua divulgação junto dos seus colaboradores, clientes e fornecedores. Informação sobre as medidas vigentes tendo em vista garantir um tratamento equitativo junto dos seus clientes e fornecedores e demais titulares de interesses legítimos, designadamente colaboradores da entidade, ou outros credores que não*



*fornecedores ou, de um modo geral, qualquer entidade que estabeleça alguma relação jurídica com a entidade (vide artigo 47.º do RJSPE). Indicação se o código de ética foi elaborado ou não tendo em conta a normas portuguesas NP 4460-1:2007 “Ética nas organizações Parte 1: Linhas de orientação para o processo de elaboração e implementação de códigos de ética nas organizações” e NP 4460-2:2010 “Ética nas organizações Parte 2: Guia de orientação para a elaboração, implementação e operacionalização de códigos de ética nas organizações”.*

A empresa possui um Código de Ética e Conduta, que foi distribuído pelos colaboradores e encontra-se publicado no *site* da empresa, com o *link*:

<https://drive.google.com/file/d/1d3MTUsFhvTgOOgfo5uTGBVvQkdzEbdVY/view>

- Referência à existência do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PGRCIC) para prevenir fraudes internas (cometida por um Colaborador ou Fornecedor de Serviços) e externas (cometida por Clientes ou Terceiros), com a data da última atualização, assim como a identificação das ocorrências e as medidas tomadas para a sua mitigação. Indicação relativa ao cumprimento da legislação e da regulamentação em vigor, relativas à prevenção da corrupção e sobre a elaboração do Relatório Identificativo das Ocorrências, ou Risco de Ocorrências (vide alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 54/2008, de 4 de setembro). Indicação da hiperligação para acesso direto ao sítio na internet da entidade onde se encontra publicitado o respetivo Relatório Anual de Execução do PGRCIC (vide artigo 46.º do RJSPE).*

A empresa possui um Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, que foi distribuído pelos colaboradores da empresa, e se encontra publicado no *site* da empresa, com o *link*:

<https://globalparques.pt/wp-content/uploads/2021/01/Plano-de-Gesta%CC%83o-de-Riscos-de-Corrupc%CC%A7a%CC%83o-e-Infrac%CC%A7o%CC%83es-Conexas.pdf>

Apesar da existência do plano, e de se estarem a realizar as medidas nele inscritas para os riscos assinalados, formalmente ainda não foi realizado qualquer relatório de monitorização, situação que se espera implementar em 2021.



## D. Deveres especiais de informação

*1. Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de informação a que a entidade se encontra sujeita, nomeadamente os relativos ao reporte de informação económica e financeira (vide alíneas d) a i) do n.º 1 do artigo 44.º do RJSPE), a saber:*

*a) Prestação de garantias financeiras ou assunção de dívidas ou passivos de outras entidades, mesmo nos casos em que assumam organização de grupo;*

Portal da empresa e Portal SIRIEF.

*b) Grau de execução dos objetivos fixados, justificação dos desvios verificados e indicação de medidas de correção aplicadas ou a aplicar;*

Portal da empresa e Portal SIRIEF.

*c) Planos de atividades e orçamento, anuais e plurianuais, incluindo os planos de investimento e as fontes de financiamento;*

Portal da empresa e Portal SIRIEF.

*d) Orçamento anual e plurianual;*

Portal da empresa e Portal SIRIEF.

*e) Documentos anuais de prestação de contas;*

Tribunal de Contas, Portal da Empresa, portal SIRIEF e Autoridade Tributária

*f) Relatórios trimestrais de execução orçamental acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização.*

A iniciar, em 2021, no Portal da empresa e Portal SIRIEF.

*2. Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de transparência a que a entidade se encontra sujeita, nomeadamente os relativos a informação a prestar anualmente ao titular da função acionista e ao público em geral sobre o modo como foi prosseguida a sua missão, do grau de cumprimento dos seus objetivos, da forma como foi cumprida a política de*



*responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e os termos de prestação do serviço público, e em que medida foi salvaguardada a sua competitividade, designadamente pela via da investigação, do desenvolvimento, da inovação e da integração de novas tecnologias no processo produtivo (vide n.º 1 do artigo 45.º do RJSPE).*

[www.globalparques.pt](http://www.globalparques.pt)

## E. Sítio na Internet

*1. Indicação do(s) endereço(s) utilizado(s) na divulgação dos seguintes elementos sobre a entidade (vide artigo 53.º do RJSPE):*

*a) Sede e, caso aplicável, demais elementos mencionados no artigo 171.º do CSC;*

- ✓ Morada da Sede:  
ZILS - Zona Industrial e Logística de Sines  
Edifício ZILS - Monte Feio  
Apartado 168  
7520-902 Sines, Portugal
- ✓ Número único de pessoa coletiva e de matrícula 503580929, matriculada na 2.ª Conservatória do Registo Comercial de Setúbal;
- ✓ Capital social de 20.186.305,00 euros, integralmente realizado;
- ✓ Certidão Permanente n.º 3818-1400-3285;
- ✓ Site: [www.globalparques.pt](http://www.globalparques.pt)

*b) Estatutos e regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões;*

<https://globalparques.pt/wp-content/uploads/2021/01/estatutos.pdf>

*c) Titulares dos órgãos sociais e outros órgãos estatutários e respetivos elementos curriculares, bem como as respetivas remunerações e outros benefícios;*

<https://globalparques.pt/quem-somos/>

*d) Documentos de prestação de contas anuais e, caso aplicável, semestrais;*

<https://drive.google.com/file/d/17d62TpOKDODFhubLwtAD6oCPAnW5q3to/view>



e) *Obrigações de serviço público a que a entidade está sujeita e os termos contratuais da prestação de serviço público;*

Não aplicável.

f) *Modelo de financiamento subjacente e apoios financeiros recebidos do Estado nos últimos três exercícios.*

Não aplicável.

## F. Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral

1. *Referência ao contrato celebrado com a entidade pública que tenha confiado à entidade a prestação de um serviço público ou de interesse geral, respeitante à remuneração dessa atividade (vide n.º 3 do artigo 48.º do RJSPE).*

Não aplicável.

2. *Referência às propostas de contratualização da prestação de serviço público apresentadas ao titular da função acionista e ao membro do governo responsável pelo respetivo setor de atividade (vide n.ºs 1, 2 e 4 do artigo 48.º do RJSPE), das quais deverão constar os seguintes elementos: Associação de metas quantitativas a custos permanentemente auditáveis; Modelo de financiamento, prevendo penalizações em caso de incumprimento; Critérios de avaliação e revisão contratuais; Parâmetros destinados a garantir níveis adequados de satisfação dos utentes; Compatibilidade com o esforço financeiro do Estado, tal como resulta das afetações de verbas constantes do Orçamento do Estado em cada exercício; Metodologias adotadas tendo em vista a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e do grau de satisfação dos clientes ou dos utentes. A entidade deve apresentar evidência do seguinte:*

a. *que elaborou uma proposta de contratualização da prestação de serviço público;*

Não aplicável.

b. *que essa proposta foi apresentada ao titular da função acionista e ao membro do Governo responsável pelo respetivo setor de atividade; e*



Não aplicável.

*c. que a proposta cumpre com todos os requisitos legais definidos no n.º 1 do artigo 48.º do RJSPE.*

Não aplicável.

## VII. Remunerações

### A. Competência para a Determinação

*1. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva ou administrador delegado e dos dirigentes da entidade.*

Remuneração dos membros dos órgãos sociais	Assembleia Geral ou Comissão de Vencimentos
Remuneração dos membros da Comissão executiva	Assembleia Geral ou Comissão de Vencimentos
Remuneração dos dirigentes	Conselho de Administração

*2. Identificação dos mecanismos adotados para prevenir a existência de conflitos de interesses, atuais ou potenciais, entre os membros de órgãos ou comissões societárias e a entidade, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas (vide artigo 51.º do RJSPE).*

A realização de despesas ou outra ação por parte de um membro do Conselho de Administração é sempre objeto de autorização por parte de um outro membro ou de mais, conforme for a natureza e valor da ação a autorizar, abstendo-se o próprio de tomar posição sobre o assunto.

*3. Evidenciação ou menção de que resulte inequívoco o cumprimento por parte dos membros do órgão de administração do que dispõe o artigo 51.º do RJSPE, isto é, de que se abstêm de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas*

No ANEXO IV a este documento são apresentadas as mencionadas declarações.

Com a aprovação do presente documento, consideram-se assim apresentadas as mesmas aos órgãos de administração e de fiscalização.



## B. Comissão de Fixação de Remunerações

*Composição da comissão de fixação de remunerações, incluindo identificação das pessoas singulares ou coletivas contratadas para lhe prestar apoio.*

Não existe.

## C. Estrutura das Remunerações

### 1. *Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização.*

As remunerações e outras regalias são fixadas pela Assembleia Geral, tendo presente a legislação aplicável, nomeadamente a classificação da empresa, as leis do Orçamento do Estado e o Estatuto do Gestor Público (DL n.º 8/2012, de 18 de janeiro). A Assembleia Geral pode delegar numa Comissão, composta por três membros, a fixação das referidas remunerações e outras regalias.

### 2. *Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos objetivos dos membros do órgão de administração com os objetivos de longo prazo da entidade.*

Atualmente a remuneração é estruturada de acordo com a legislação aplicável e fixada pela Assembleia Geral.

### 3. *Referência, se aplicável, à existência de uma componente variável da remuneração, critérios de atribuição e informação sobre eventual impacto da avaliação de desempenho nesta componente.*

Não aplicável.

### 4. *Explicitação do diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento.*

Não aplicável.

### 5. *Caracterização dos parâmetros e fundamentos definidos no contrato de gestão para efeitos de atribuição de prémio.*



A Comissão Executiva apresentou proposta de contrato de gestão a celebrar com S. Exa. o Secretário de Estado da Internacionalização, na qualidade de membro do Governo que tutela o setor de atividade da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E. e com o acionista Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E., representada pelo Presidente do Conselho de Administração, na qualidade de acionista maioritário, diretamente titular de 91,19% do capital social da aicep Global Parques – Gestão de Áreas Empresariais e Serviços, S. A..

O contrato ainda aguarda assinatura e não implica atribuição de prémio.

*6. Referência a regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores e data em que foram aprovados em assembleia geral, em termos individuais.*

Não aplicável.

## D. Divulgação das Remunerações

*1. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de administração da entidade, proveniente da entidade, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem, podendo ser feita remissão para ponto do relatório onde já conste esta informação.*

De 1 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020

Conselho de Administração	Fixado	Classificação	Remuneração Mensal Bruta (€)	
	S/N	[A/B/C]	Vencimento Mensal	Despesas Representação
Maria Manuel Aires Serrano	N.A.	C	não remunerado	
Filipe Costa	S	C	4.120,38	1.648,15
Silvino Malho Rodrigues	S	C	3.662,56	1.465,02
Isabel Caldeira Cardoso	S	C	3.662,56	1.465,02

Notas:

Apesar de formalmente não termos sido informados da classificação da empresa, no âmbito da RCMNº16/2012 de 14 de fevereiro, a empresa considera-se classificada no grupo C

Remunerações brutas antes das reduções remuneratórias previstas na Lei nº. 12-A/2010, de 30 de junho



Conselho de Administração	Remuneração Anual					
	Variável	Fixa	Bruto	Reduções Remuneratórias	Reversão Remuneratórias	Valor Final
			(1)	(2)	(3)	(4)=(1)+(2)+(3)
Maria Manuel Aires Serrano			Não remunerado			
Filipe Costa	N.A.	77.463,12	77.463,12	3.873,16	0,00	73.589,97
Silvino Malho Rodrigues	N.A.	68.856,13	68.856,13	3.442,81	0,00	65.413,32
Isabel Caldeira Cardoso	N.A.	68.856,13	68.856,13	3.442,81	0,00	65.413,32

*Nota: Reduções remuneratórias previstas na Lei nº. 12-A/2010, de 30 de junho*

Administradores Executivos	Benefícios Sociais (€)						
	Subsídio de refeição		Regime de Proteção Social		Seguro de Saúde	Seguro de Vida	Seguro de Acidentes Pessoais
	Valor Dia	Valor Ano	Identificar	Valor			
Filipe Costa	9,00	1.620,00	Segurança Social	17.536,16	4.944,12	421,37	316,44
Silvino Malho Rodrigues	9,00	1.845,00	Segurança Social	15.602,39	2.916,58	794,43	281,28
Isabel Caldeira Cardoso	9,00	1.926,00	Segurança Social	15.605,35	5.957,89	434,26	281,28
<b>Total</b>		<b>5.391,00</b>		<b>48.743,90</b>	<b>13.818,59</b>	<b>1.650,06</b>	<b>879,00</b>

**2. Indicação dos montantes pagos, por outras entidades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum.**

No exercício 2020, não foi pago qualquer montante por outras entidades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum.

**3. Indicação da remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e explanação dos motivos por que tais prémios e/ou participação nos lucros foram concedidos.**

No exercício 2020, não foi paga qualquer remuneração sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios.

**4. Referência a indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.**

No exercício 2020 não foi paga qualquer indemnização a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções.



5. *Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de fiscalização da entidade, podendo ser feita remissão para ponto do relatório onde já conste esta informação.*

Ver secção 3 do subcapítulo E do capítulo V.

6. *Indicação da remuneração no ano de referência dos membros da mesa da assembleia geral, podendo ser feita remissão para ponto do relatório onde já conste esta informação.*

Os membros da Mesa da Assembleia Geral não são remunerados.

## VIII. Transações com partes Relacionadas e Outras

1. *Apresentação de mecanismos implementados pela entidade para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas e indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência.*

A aicep Global Parques elabora anualmente o Dossier de Preços de Transferência de acordo com o regime de preços de transferência em vigor em Portugal. Este *dossier* demonstra a paridade de mercado nos termos e condições acordados, aceites e praticados nas operações vinculadas realizadas com entidades relacionadas.

*Operações com partes relacionadas:*

Em 2020 foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

2020	Parte relacionada	(em EUR)				
		Serviços obtidos	Juros suportados	Vendas Ativos fixos	Serviços prestados	Juros obtidos
	Empresa-mãe					
	AICEP, EPE	4.950,00	-	-	14.745,48	-
	Entidades com influência					
	IAPMEI	3.082.694,35	-	-	-	-
		<b>3.087.644,35</b>	-	-	<b>14.745,48</b>	-

Descrição das operações:

### Operações ativas

AICEP, EPE - Arrendamento de espaços (Albiz)



### Operações passivas

IAPMEI - Renda do IAPMEI (Renda referente ao ano anterior)

IAPMEI - FEE DGTF (referente ao ano anterior)

AICEP, EPE - Publicidade em publicações periódicas

### 2. Informação sobre outras transações:

#### a) Procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços;

A aicep Global Parques dispõe de um procedimento de compras com regras para todas as etapas do processo de compra com *workflows* com vários níveis de aprovação. Destacam-se as principais premissas associadas ao processo de compra:

- Segregação de funções, na elaboração das diversas peças de procedimentos conducentes à contratação com diferentes níveis de avaliação e decisão;
- Existência de delegação de competências relativas a montantes máximos para autorização;
- Utilização de plataforma eletrónica de compras, Vortal;
- Existência de plataforma informática ERP integrada com o sistema de gestão documental que permite a interligação nas diferentes fases de compra até à aprovação e pagamento de faturas, com autorização de vários intervenientes;
- Existência de comissões multidisciplinares de análise de propostas.

#### b) Identificação das transações que não tenham ocorrido em condições de mercado;

Não existem.

#### c) Lista de fornecedores com transações com a entidade que representem mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos (no caso de ultrapassar 1 milhão de euros).

Conforme explicitado anteriormente, a aicep Global Parques está obrigada a cumprir o Acordo de Gestão existente com o IAPMEI, para a gestão da Zona Industrial e Logística de Sines, e restante património do IAPMEI naquela zona, sendo registada contabilisticamente em Fornecimentos e Serviços Externos a Renda paga pela aicep Global Parques ao IAPMEI, e cujo montante anual ultrapassa o limite indicado de um milhão de euros.



Da lista de fornecedores com transações com a entidade não existe nenhum que represente mais de 1 milhão de euros de fornecimentos e serviços externos, para além do IAPMEI, conforme acima referido.

## IX. Análise de sustentabilidade da entidade nos domínios económico, social e ambiental

*Caracterização dos elementos seguidamente explicitados, podendo ser feita remissão para ponto do relatório onde já conste esta informação:*

### 1. Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas.

Aguardando-se a celebração do contrato de gestão proposto, a avaliação do cumprimento dos objetivos de gestão efetuada no quadro seguinte considera apenas as metas previstas no Plano de Atividades e Orçamento para 2020 aprovado pelos acionistas e pela Secretaria de Estado do Tesouro.

INDICADORES ECONÓMICOS	2018	2019	2020	Varição 2020/2019
EBITDA (R. Operacional antes Amortizações, Depreciações, Imparidades, Provisões e Reversões)	5.278.190 €	6.061.841 €	6.368.028 €	306.188 €
Rentabilidade das Vendas (RL/VN)	20,06%	21,21%	23,40%	2,19 p.p.
Rentabilidade de Capitais Próprios (RL/Capitais)	8,12%	9,10%	10,42%	1,32 p.p.
Rentabilidade do Ativo (RL/Ativo Total)	5,95%	6,49%	7,51%	1,02 p.p.
INDICADORES FINANCEIROS				
Autonomia Financeira (Capital Próprio/Ativo Total)	73,20%	71,34%	72,08%	0,74 p.p.
Solvabilidade (Capital Próprio/Passivo Total)	2,73	2,49	2,58	0,09
		(em dias)		
	2018	2019	2020	Varição 2020/2019
Prazo médio de pagamento anual	27,9	23,5	23,2	-1%

### 2. Políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental e a salvaguardar normas de qualidade.

A nível económico-financeiro, por norma, a aicep Global Parques só realiza os investimentos para infraestruturação e preparação de novos espaços após conclusão das negociações e elaboração de contratos com os potenciais clientes.



A Responsabilidade Social Corporativa (RSC) está presente em toda a atividade da aicep Global Parques, seja no estudo de uma localização industrial, como no momento da operacionalização do mesmo. O forte vínculo entre a qualificação do contexto, da envolvente e a qualificação da oferta, orienta ativamente a RSC para o desenvolvimento sustentável regional/local e do negócio. A relação da empresa com os seus *stakeholders*: colaboradores, clientes, acionistas, parceiros e a comunidade, é o primeiro desafio à sua responsabilidade social.

A aicep Global Parques acredita que tem responsabilidade em contribuir, através do seu envolvimento na comunidade e em iniciativas públicas, de uma forma positiva e construtiva, sendo consistente nas ações internas e externas para que a responsabilidade social seja interiorizada como um valor da empresa (fazendo parte da sua cultura e do seu código ético - por mais informal que este seja).

Na relação com outras entidades, continuámos com a Política de Responsabilidade Social que estabeleceu uma responsabilidade social ativa, orientada para o desenvolvimento sustentável da região e do negócio, com um forte vínculo entre a qualificação do contexto e a qualificação da oferta. A responsabilidade social está interiorizada como um valor da empresa, fazendo parte da sua cultura e do seu código ético, por mais informal que este seja. O objetivo é o de criar e ajudar a criar Valor Sustentável.

Em 2020, mantiveram-se os 3 grandes pilares de intervenção:



## I - Ambiente

A responsabilidade ambiental está integrada na forma como a aicep Global Parques atua:

- correta definição dos “masterplans” dos parques geridos;
- respeito pelos relatórios de impacto ambiental;



- respeito, promoção e conservação das zonas de reserva florestal;
- melhoria de áreas comuns públicas sob sua gestão e do sistema de infraestruturas criado para garantir todas as disposições legais ambientais;
- incentivo junto dos clientes à utilização de tecnologias cada vez mais limpas e que respeitem o meio ambiente;
- desenvolvimento e operacionalização do PMA ZILS – Plano de Monitorização Ambiental da Zona Industrial e Logística de Sines, permitindo uma avaliação dos impactos ambientais, nas componentes qualidade do ar e das águas subterrâneas e superficiais;
- colaboração com os projetos GISA - Gestão Integrada da Saúde e do Ambiente no Litoral Alentejano e ComSines (Associação de responsabilidade social corporativa da Comunidade de Sines, no qual coordena o grupo de trabalho Saúde & Ambiente);
- apoio como master sponsor das ações anuais da “Litoral Aventura” na Limpeza das Praias da Costa de Santo André à Lagoa de Santo André;
- apoio a diversas ações de proteção ambiental.

Os apoios planeados no âmbito do ambiente são os seguintes:

- 1.Limpeza de praias das regiões de Setúbal, Sines e Sintra.
- 2.Ações de reflorestação.
- 3.Ações ambientais promovidas pelos Municípios de Santiago do Cacém, Setúbal, Sines e Sintra.

## II - Capital Humano e Empreendedorismo

A qualificação do capital humano é um fator fulcral para a atração de empresas. A decisão de investir passa, necessariamente, pela cuidadosa análise das vantagens competitivas de cada região, aproveitando a especialização dos recursos produtivos que já possui e incentivando a criação de empresas cuja atividade passe pelo aproveitamento das competências específicas.

Esta consciência tem orientado a procura de parcerias entre a aicep Global Parques e as entidades que, no raio de ação dos parques, estão mais vocacionadas para a formação e qualificação de ativos:

- atribuição anual de uma Bolsa de incentivo à qualificação que premeia alunos da ETLA – Escola Tecnológica do Litoral Alentejano e do IPS – Instituto Politécnico de Setúbal;



- apoio às edições do Concurso de Ideias e Criatividade, promovido pelo Sines Tecnopolo;
- diversas parcerias, como por exemplo, a ATEC - Associação de Formação para a Indústria e o Consórcio Erasmus;
- programa de Visitas à ZILS –Zona Industrial e Logística de Sines, dirigido a instituições de ensino superior, em articulação com as empresas instaladas e com a APS – Administração dos Portos de Sines e Algarve, com o intuito de dar a conhecer a ZILS e sua envolvente;
- protocolo de colaboração comercial e de marketing com a APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra.

Os apoios planeados no âmbito do Capital Humano e Empreendedorismo são os seguintes:

1. Bolsas de Mérito a Escolas de Ensino Técnico e Superior nas regiões onde se localizam os Parques sob sua gestão.
- 2.Ações e eventos relacionados com formação, desenvolvimento de competências, empreendedorismo e criação de novas empresas em Portugal, por todo o país e nas regiões onde se localizam os Parques sob sua gestão, em particular.

### III - Segurança e Proteção

A aicep Global Parques participa na EGEO - Entidade Gestora das Esteiras de Oleodutos da ZILS, que se dedica à segurança superior das esteiras, é membro ativo do PEE - Plano de Emergência Externo de Sines, na Comissão Municipal de Proteção Civil e na coordenação geral da segurança com os meios de segurança e proteção locais (GNR, Proteção Civil e Bombeiros).

A aicep Global Parques faz parte da Comissão Municipal da Proteção Civil de Sines para a gestão do Plano de Emergência Externo de Sines, assim como participa ativamente no âmbito do ComSines - Painel das Comunidades de Sines, no Grupo de Trabalho de Prevenção e Segurança.

A vigilância diária da ZILS contribui para a segurança geral da zona e para a deteção de situações anómalas. As limpezas regulares da floresta promovem proactivamente para a baixa de propagação de fogos na ZILS.

Consciente da importância das entidades de Segurança e de Proteção no quotidiano das áreas de acolhimento empresarial, a aicep Global Parques apoia as Corporações de Bombeiros de Sines, de Santiago do Cacém, de Setúbal e de Sintra. Todos os anos, dedica uma parte do seu orçamento para



auxiliar estas entidades, na aquisição de material necessário ao desenvolvimento da sua atividade. Em 2020 atribui parte do valor orçamentado a ações e aquisições de bens para a prevenção da pandemia COVID-19.

Os apoios planeados no âmbito da Segurança e Proteção são os seguintes:

1. Companhias e Associações Humanitárias de Bombeiros.
2. Ações e eventos relacionados com a proteção e segurança nas regiões onde se localizam os Parques sob sua gestão.

*3. Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial:*

*a) Definição de uma política de responsabilidade social e de desenvolvimento sustentável e dos termos do serviço público prestado, designadamente no âmbito da proteção dos consumidores (vide artigo 49.º do RJSPE);*

Vide ponto 2.

*b) Definição de políticas adotadas para a promoção da proteção ambiental e do respeito por princípios de legalidade e ética empresarial, assim como as regras implementadas tendo em vista o desenvolvimento sustentável (vide artigo 49.º do RJSPE);*

Vide ponto 2.

*c) Adoção de planos de igualdade tendentes a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar discriminações e a permitir a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional (vide n.º 2 do artigo 50.º do RJSPE);*

A aicep Global Parques cumpre com toda a legislação desta matéria, nomeadamente com os direitos e deveres dos trabalhadores, tendo mesmo formalizado um código de conduta e combate ao assédio no trabalho.

Há uma forte representação das mulheres no universo dos trabalhadores da empresa e verifica-se igualdade de oportunidades e de número em funções de chefia. Foi realizado em 2020 o Plano de para a Igualdade que se espera que entre em vigor em 2021.

A empresa elabora o relatório anual sobre remunerações pagas a mulheres e homens dando cumprimento à obrigação prevista na RCM n.º 18/2014. O relatório é distribuído pelos colaboradores da empresa encontrando-se publicado no *site* da empresa, com o *link*:

[https://drive.google.com/file/d/104j-ikB9hanvIS7dUn7ODGL\\_s8ZUVmjY/view](https://drive.google.com/file/d/104j-ikB9hanvIS7dUn7ODGL_s8ZUVmjY/view)



*d) Referência a medidas concretas no que respeita ao Princípio da Igualdade do Género, conforme estabelecido no n.º 1 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2012, de 23 de fevereiro;*

Considerando o número de efetivos existentes, de uma maneira geral verifica-se uma distribuição de cargos/responsabilidades equitativa.

São praticadas e garantidas todas as medidas tendentes a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, não existindo discriminação e facilitando a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional a todos os trabalhadores da empresa. Foi realizado em 2020 o Plano de para a Igualdade, a entrar em vigor em 2021.

*e) Identificação das políticas de recursos humanos definidas pela entidade, as quais devem ser orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo do aumento da produtividade, tratando com respeito e integridade os seus trabalhadores e contribuindo ativamente para a sua valorização profissional (vide n.º 1 do artigo 50.º do RJSPE);*

#### **A NÍVEL INTERNO A AICEP GLOBAL PARQUES DEFINIU 3 GRANDES PILARES:**

##### **I - Qualificação dos Recursos Humanos**

A aicep Global Parques atua sempre de forma responsável, respeitando os direitos económicos, sociais, culturais, políticos e civis dos seus colaboradores diretos e prestadores de serviços e seguindo sempre a legislação dos direitos humanos:

- não tolerando qualquer desrespeito pelo direito dos trabalhadores;
- criando um ambiente de trabalho saudável e seguro;
- assegurando que o n.º de horas de trabalho e a respetiva remuneração são comparáveis e justas com outras empresas similares no mercado;
- gerindo a diversidade de talentos para a promover e capitalizar diferenças culturais e individuais no sentido de assegurar vantagens competitivas e novas perspetivas de desenvolvimento;
- reconhecendo o valor de colaboradores premiando-os com oportunidades para o desenvolvimento pessoal e profissional.

Neste âmbito, ao nível de cada direção é definido um programa anual de formação que responde às necessidades individuais dos colaboradores e ao desenvolvimento das suas capacidades e responsabilidades;



- dando iguais oportunidades aos colaboradores independentemente da idade, sexo, raça, religião ou condição social.

## II - Benefícios Sociais

A aicep Global Parques assegura um quadro de benefícios sociais que excedem as obrigações legais, direcionado às necessidades dos colaboradores.

## III - Boas Práticas

A aicep Global Parques garante:

- Ambiente de trabalho saudável e seguro - melhoria contínua das medidas preventivas a nível de segurança e medicina do trabalho, que permitem a prevenção de lesões, doenças e incapacidades associadas ao desenvolvimento das atividades de gestão e operação de parques empresariais;
  - Comunicação interna – reforço da partilha de informação através de ações de intercâmbio entre as várias unidades orgânicas;
  - Soluções ERP Primavera e Filedoc – ferramentas de comunicação interna e de gestão documental, com o objetivo de melhoria da eficiência e das práticas de gestão focadas para resultados “less paper”;
  - Eficiência Energética – otimização dos meios e das práticas existentes;
  - Gestão Seletiva de Resíduos – separação do lixo;
  - Exigência aos Fornecedores – que estes cumpram determinados critérios de responsabilidade social corporativa.
- f) *Informação sobre a política de responsabilidade económica, com referência aos moldes em que foi salvaguardada a competitividade da entidade, designadamente pela via de investigação, inovação, desenvolvimento e da integração de novas tecnologias no processo produtivo (vide n.º 1 do artigo 45.º do RJSPE). Referência ao plano de ação para o futuro e a medidas de criação de valor para o acionista (aumento da produtividade, orientação para o cliente, redução da exposição a riscos decorrentes dos impactes ambientais, económicos e sociais das atividades, etc.).*



A aicep Global Parques, no âmbito do seu compromisso relativo à sustentabilidade económica e tentando gerir os pressupostos a ela subjacentes, com os objetivos a atingir, prossegue o esforço de contenção de gastos, dando resposta às orientações definidas para o Setor Público Empresarial e gerindo de forma equilibrada o binómio Ganhos/Gastos, nas várias componentes.

A fixação de objetivos, parte integrante do Plano e Orçamento Anual, é objeto de controlo mensal, funcionando como garante do respetivo cumprimento, permitindo, sempre que necessário, proatividade na gestão e tomada de medidas futuras. Com este tipo de atitude são reforçados os mecanismos de fiscalização e avaliação, e mitigados possíveis riscos.

A empresa garantiu o cumprimento de todos os seus compromissos, cumpriu todos os prazos de pagamento acordados, não recorrendo a qualquer forma de financiamento, mantendo o plano de investimentos e as responsabilidades operacionais assumidas, garantido o bom estado dos ativos sob gestão, nas suas várias naturezas, incluindo as urbanísticas e ambientais.

## X. Avaliação do Governo Societário

1. *Verificação do cumprimento das recomendações recebidas relativamente à estrutura e prática de governo societário (vide artigo 54.º do RJSPE), através da identificação das medidas tomadas no âmbito dessas orientações. Para cada recomendação deverá ser incluída:*

a) *Informação que permita aferir o cumprimento da recomendação ou remissão para o ponto do relatório onde a questão é desenvolvida (capítulo, subcapítulo, secção e página);*

A maior parte dos elementos aqui constantes têm vindo a ser plasmados nos Relatórios de Gestão e Contas anuais e nos Planos de Atividade e Orçamento da empresa. O que tem vindo a ser realizado é verificado pelo Fiscal Único, sendo mencionado no respetivo Relatório Anual – ANEXO III.

b) *Em caso de não cumprimento ou cumprimento parcial, justificação para essa ocorrência e identificação de eventual mecanismo alternativo adotado pela entidade para efeitos de prossecução do mesmo objetivo da recomendação.*

Ver alínea a) anterior.



2. *Outras informações: a entidade deverá fornecer quaisquer elementos ou informações adicionais que, não se encontrando vertidas nos pontos anteriores, sejam relevantes para a compreensão do modelo e das práticas de governo adotadas.*

Ver alínea a) anterior.

**O Conselho de Administração:**

**Presidente do Conselho de Administração, não executivo**

Maria Manuel Prado de Matos Aires Serrano

**Vice-Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva**

Filipe Santos Fernandes da Costa

**Vogal do Conselho de Administração e Vice-Presidente da Comissão Executiva**

Silvano Rosa Malho Rodrigues

**Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão Executiva**

Isabel Luísa Caldeira Gonçalves Ferreira Cardoso Manso Preto

Lisboa, 05 de março de 2021



## XI. ANEXOS DO RGS

### ANEXO I

**Elementos Curriculares dos membros do Conselho de Administração e do Fiscal Único.**

### ANEXO II

***Ata ou extrato da ata da reunião do órgão de administração em que haja sido deliberada a aprovação do RGS 2020.***

### ANEXO III

***Relatório do órgão de fiscalização a que se refere o n.º 2 do artigo 54.º do RJSPE.***

### ANEXO IV

***Declarações a que se refere o artigo 51.º do RJSPE.***

### ANEXO V

***Evidências da apresentação aos respetivos destinatários das Declarações a que se refere o artigo 52.º do RJSPE.***

### ANEXO VI

***Ata da reunião de Assembleia Geral relativa à aprovação do Relatório de Gestão e Contas de 2019.***

## ANEXO I

Elementos Curriculares dos membros do Conselho de Administração e do Fiscal Único.

- Maria Manuel Aires Serrano
- Filipe Costa
- Silvino Malho Rodrigues
- Isabel Caldeira Cardoso

Handwritten signatures in blue ink at the bottom right of the page. There are three distinct signatures, with the middle one being the most prominent and appearing to contain the letters 'LAP'.

leaf  
A



## Europass-Curriculum Vitae

### Informação pessoal

Apelido(s) / Nome(s) próprio(s) Aires Serrano, Maria Manuel Prado de Matos  
Morada(s) Rua Alberto Villaverde Cabral, Lote 8, Bloco 1C, 1º Esq.  
1400-905 Lisboa - Portugal  
Telefone(s) + 351 213017876 Telemóvel: +351 912044653  
Correio(s) electrónico(s) [maieesserrano@gmail.com](mailto:maieesserrano@gmail.com); [maria.serrano@portugalglobal.pt](mailto:maria.serrano@portugalglobal.pt)  
Nacionalidade Portuguesa  
Data de nascimento 16.03.1961  
Sexo Feminino  
Estado civil Casada, 2 filhos

### Experiência profissional

Datas Início de mandato em 29 de junho de 2018  
Função ou cargo ocupado Presidente do Conselho de Administração não executiva da aicep Global Parques  
Principais atividades e responsabilidades Monitorização da atividade da empresa, e agilização da ligação ao Acionista de referência, a aicep Portugal Global.  
Principais resultados obtidos no exercício da função Lançamento de um Plano Estratégico 2018-2020 aprovado em Assembleia Geral Universal. O Relatório de Gestão e Contas 2018 reflete foco nas intervenções promocionais da empresa, aumento do negócio, empenho na cobrança das dívidas e um novo posicionamento nas plataformas digitais.  
Nome e morada do empregador aicep Global Parques, Gestão de Áreas Empresariais e Serviços, SA  
Rua Artilharia Um, 79,7º 1250-038 Lisboa, Portugal  
Tipo de empresa ou sector Sociedade Anónima  
Datas Início de mandato em 15 de abril de 2017  
Função ou cargo ocupado Administradora Executiva da aicep Portugal Global  
Principais atividades e responsabilidades Responsável pelos pelouros dos Recursos Humanos, Compras e Património e Verificação de Incentivos Financeiros  
Principais resultados obtidos no exercício da função Gestão direta do funcionamento das Direções das quais é responsável e co-responsabilidade pela implementação das 21 medidas que constituem o Plano Estratégico 2017-2019 da Agência.  
Nome e morada do empregador Aicep Portugal Global, Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal  
Rua de Entrecampos 28, Bloco B, 12º 1700-158 Lisboa, Portugal  
Tipo de empresa ou sector Entidade Pública Empresarial

Datas De 2012 a janeiro de 2017

Função ou cargo ocupado Quadro técnico especialista (colaboração no âmbito de um acordo de cedência de interesse público, entre o MNE e a AICEP)

Principais actividades e responsabilidades Acompanhamento das relações económicas bilaterais entre Portugal e os países da África Subsariana. Acompanhamento de Acordos bilaterais de vertente económica. Ligação à AICEP.

Principais resultados obtidos no exercício da função Elaboração de documentos de apoio a reuniões bilaterais e multilaterais entre governantes nacionais e outros governantes, em matéria de relacionamento económico bilateral entre Portugal e África.

Nome e morada do empregador Ministério dos Negócios Estrangeiros, Direção de Serviços da África Subsariana  
Palácio das Necessidades, Largo do Rilvas 1399 - 030 Lisboa

Tipo de empresa ou sector Setor público

Datas De 2007 a 2012

Função ou cargo ocupado Desk regional para a Ásia-Pacífico e para o Brasil

Principais actividades e responsabilidades Coordenação da atividade dos escritórios da AICEP na China, Índia, Japão, Coreia do Sul, Singapura, Indonésia, Malásia e Brasil. Divulgação do ambiente de negócio/oportunidades existentes nesses países, junto de empresas portuguesas, no âmbito da política de diversificação dos mercados de exportação.

Principais resultados obtidos no exercício da função Aumento de visitas de prospeção e de negócio por parte de empresas portuguesas, designadamente aos mercados da China e do Japão.

Nome e morada do empregador aicep Portugal Global  
Av. 5 de Outubro, 101 1050-051 Lisboa

Tipo de empresa ou sector Entidade Pública Empresarial

Datas De 2005 a 2007

Função ou cargo ocupado Diretora do Gabinete de Estratégia

Principais actividades e responsabilidades Coordenação e realização dos documentos do Plano e do Relatório de Atividades do Instituto. Apoio a projetos executados sob a liderança do Presidente do C.A.

Principais resultados obtidos no exercício da função Coordenação e elaboração dos documentos do Plano (2006 e 2007) e do Relatório de Atividades (2005) do Instituto.

Nome e morada do empregador ICEP-Investimento e Comércio Externo de Portugal, I. P  
Av. 5 de Outubro, 101 1050-051 Lisboa

Tipo de empresa ou sector Instituto Público

Datas De 2002 a 2005

Função ou cargo ocupado Diretora-Adjunta do Gabinete de Estratégia

Principais actividades e responsabilidades Implementação de um sistema de informação de gestão, baseado na metodologia de medição e gestão de desempenho *Balanced Scorecard*(BSC), ao ICEP e IAPMEI, então em processo de fusão.

Principais resultados obtidos no exercício da função Concepção do sistema de BSC, com explicitação da missão e visão a aplicar ao ICEP/IAPMEI. Foram definidos objetivos, indicadores e metas para as unidades de negócio de ambos os institutos. Por decisão da tutela a fusão entre os 2 institutos ficou sem efeito.

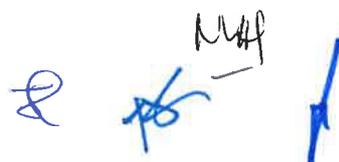
Nome e morada do empregador ICEP/IAPMEI, em processo de fusão  
Av. 5 de Outubro, 101 1050-051 Lisboa

Tipo de empresa ou sector Instituto Público

Datas De 2000 a 2002

Função ou cargo ocupado Diretora do Gabinete de Estratégia

Principais actividades e responsabilidades Implementação de um sistema de informação de gestão no ICEP, baseado na metodologia de medição e gestão de desempenho *Balanced Scorecard* (BSC). Controle de gestão de grandes projetos executados sob a liderança do Presidente do C.A.

MAF  


Principais resultados obtidos no exercício da função	Concepção do sistema de BSC para o ICEP, com explicitação da missão e visão, e o mapeamento das suas unidades de negócio à época (investimento, comércio e turismo). Foram identificados objetivos, indicadores e metas, alocados de acordo com as 4 perspectivas BSC (clientes, processos, financeira e aprendizagem). Com a entrada de uma nova administração e a fusão entre o ICEP e o IAPMEI então decidida pela Tutela, o processo foi adaptado tendo em conta a nova realidade.
Nome e morada do empregador	ICEP-Investimento e Comércio Externo de Portugal, I. P Av. 5 de Outubro, 101 1050-051 Lisboa
Tipo de empresa ou sector	Instituto Público
Datas	De 1998 a 2000
Função ou cargo ocupado	Diretora da Direção de Promoção de Exportações Sul
Principais actividades e responsabilidades	Apoio ao aumento das exportações, com o duplo objetivo de exportar mais (alargando a base de exportadores) e exportar melhor (posicionando a oferta portuguesa de bens e serviços num patamar mais elevado na cadeia de valor internacional). Diálogo com as associações empresariais, alinhando intervenções e otimizando os recursos de promoção externa com ganhos para as empresas e para a imagem do País.
Principais resultados obtidos no exercício da função	Acompanhamento sectorial dos clientes. Segmentação de associações empresariais e sistematização do seu relacionamento com o ICEP. Lançamento de projetos nos setores dos vinhos, fileira casa e moldes, cofinanciados pelas associações respectivas, Assinatura de 7 protocolos a 3 anos, nos setores dos moldes (CEFAMOL), componentes de automóvel (AFIA), serviços de consultoria (APPC), construção civil e obras públicas (AECOPS e ANEOP), tecnologias de informação (NETIE) e rochas ornamentais (ASSIMAGRA).
Nome e morada do empregador	ICEP-Investimento e Comércio Externo de Portugal, I. P Av. 5 de Outubro, 101 1050-051 Lisboa
Tipo de empresa ou sector	Instituto Público
Datas	De 1996 a 1998
Função ou cargo ocupado	Diretora da Direção de Informação
Principais actividades e responsabilidades	Produção e disponibilização de informação útil a todos os clientes, internos e externos ao ICEP, dentro e fora de Portugal, nas 3 vertentes então acompanhadas pelo Instituto, o investimento, o comércio e o turismo.
Principais resultados obtidos no exercício da função	Lançamento e implementação de novos produtos, em novas plataformas, nas áreas de informação macroeconómica sobre Portugal e o Mundo, sobre clientes estrangeiros, e sobre a oferta portuguesa. (destaque para o site <i>Portugalinsite</i> , no setor do turismo, lançado no âmbito da EXPO 98).
Nome e morada do empregador	ICEP-Investimento e Comércio Externo de Portugal, I. P Av. 5 de Outubro, 101 1050-051 Lisboa
Tipo de empresa ou sector	Instituto Público
Datas	De 1994 a 1996
Função ou cargo ocupado	<i>Liaison Officer</i> do ICEP para Entidades Multilaterais de Financiamento (EMF)
Principais actividades e responsabilidades	Representação do ICEP junto de EMF, designadamente, dos programas de financiamento da UE, Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento (BERD), Banco Mundial (BM), Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e Banco InterAmericano de Desenvolvimento (BID). Divulgação de oportunidades de negócio deste mercado de "financiamento garantido" junto das empresas, em ações apresentadas por responsáveis das EMF sobre projetos em fase anterior à sua divulgação nos <i>pipelines</i> dos Bancos. Preparação, realização e <i>follow up</i> de missões institucionais e empresariais nacionais a EMF.
Principais resultados obtidos no exercício da função	Aumento do número de empresas portuguesas a apresentar propostas em concursos financiados por EMF. Aumento do número de concursos ganhos por empresas portuguesas, em registo individual ou em parceria com empresas locais ou de nacionalidades <i>terceiras</i> . Aumento de concursos ganhos por empresas portuguesas em outras geografias, que não a africana, e em África, em outros mercados, que não os PALOP.
Nome e morada do empregador	ICEP-Investimento e Comércio Externo de Portugal, I. P Av. 5 de Outubro, 101 1050-051 Lisboa
Tipo de empresa ou sector	Instituto Público

Datas De 1991 a 1994

Função ou cargo ocupado Gestora de carteira de clientes nos setores de serviços de consultoria, de construção civil e obras públicas.

Principais actividades e responsabilidades Identificação e acompanhamento das empresas portuguesas exportadoras e potencialmente exportadoras. Lançamento do mercado das Entidades Multilaterais de Financiamento (EMF) junto dos clientes da carteira.

Principais resultados obtidos no exercício da função Adesão de um número crescente de clientes às ações realizadas. Sólido relacionamento com as Associações Empresariais dos setores (APPC, ANEOP, AECOPS), permitindo o alinhamento de intervenções em matéria de apoio à internacionalização das empresas.

Nome e morada do empregador ICEP-Investimento e Comércio Externo de Portugal, I. P., Av. 5 de Outubro, 101 1050-051 Lisboa

Tipo de empresa ou sector Instituto Público

Datas De 1988 a 1991

Função ou cargo ocupado Gestora de carteira de clientes nos setores de material elétrico, eletrónico e de telecomunicações

Principais actividades e responsabilidades Identificação e acompanhamento das empresas portuguesas exportadoras e potencialmente exportadoras. Identificação de ações de promoção adequadas aos clientes da carteira. Preparação, realização e *follow up* de participações nacionais em certames internacionais.

Principais resultados obtidos no exercício da função Adesão às ações de promoção realizadas.

Nome e morada do empregador ICEP-Investimento e Comércio Externo de Portugal, I. P., Av. 5 de Outubro, 101 1050-051 Lisboa

Tipo de empresa ou sector Instituto Público

Datas De 1987 a 1988

Função ou cargo ocupado Técnica

Principais actividades e responsabilidades Pesquisa de bases de dados internacionais com oportunidades de negócio ajustadas à oferta portuguesa.

Principais resultados obtidos no exercício da função Lançamento de oportunidades de negócio recolhidas em bases de dados internacionais, junto de empresas portuguesas exportadoras.

Nome e morada do empregador ICEP-Investimento e Comércio Externo de Portugal, I. P., Av. 5 de Outubro, 101 1050-051 Lisboa

Tipo de empresa ou sector Instituto Público

### Educação e formação

Participei em seminários e conferências várias, designadamente sobre comércio internacional, gestão e planeamento estratégico, e diplomacia económica. Indico 3 ações de formação que recordo pela novidade da mensagem na altura e pela utilidade que tiveram em algumas das funções que desempenhei.

Datas 17 a 28 de setembro de 2012

Designação da qualificação atribuída 7º Curso de estudos Africanos, Operações de Paz e "State Building"

Principais disciplinas/competências profissionais Enquadramento político e jurídico das operações militares em África. Assimetrias internacionais e implicações no continente. A intervenção de Organizações Internacionais. O *State Building*.

Nome e tipo da organização de ensino ou formação Instituto de Estudos Superiores Militares

Datas Julho de 2004

Designação da qualificação atribuída *Driving Government Performance in Portugal*

Principais disciplinas/competências profissionais Formação de gestores públicos portugueses pela Harvard Business School, no âmbito de um protocolo assinado entre o INA e a HBS

Nome e tipo da organização de ensino ou formação Harvard Business School

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large '44' and several scribbles.

Datas 2001  
 Designação da qualificação atribuída Estratégia: Comunicar, Implementar e Controlar  
 Principais disciplinas/competências profissionais Planeamento estratégico e sua implementação transversal; indicadores críticos de sucesso; clareza nos objectivos e nas iniciativas estratégicas; avaliação e prémio como factores críticos na implementação de uma estratégia.  
 Nome e tipo da organização de ensino ou formação AESE – Associação de estudos Superiores de Empresa  
 Professor Albert Fernández

Datas De Setembro de 1980 a Setembro de 1986  
 Designação da qualificação atribuída Licenciatura em Engenharia Electrotécnica  
 Nome e tipo da organização de ensino ou formação Instituto Superior Técnico – Universidade de Lisboa

### Aptidões e competências pessoais

Língua materna Português

Outra(s) língua(s)

Auto-avaliação

Nível europeu (\*)

**Inglês**

**Francês**

Compreensão				Conversaço				Escrita	
Compreensão oral		Leitura		Interacção oral		Produção oral			
C2	Utilizador experiente	C2	Utilizador experiente	C1	Utilizador experiente	C1	Utilizador experiente	B2	Utilizador independente
C2	Utilizador experiente	C2	Utilizador experiente	B2	Utilizador independente	B2	Utilizador independente	B1	Utilizador independente

### Aptidões e competências sociais

Aptidões e competências de organização

Liderança de equipas multidisciplinares, de dimensões diversas, com competências diferenciadas (acompanhamento de clientes, montagem de ações promocionais e gestão de projetos de apoio financeiro), a trabalhar em diferentes geografias.

Planeamento, acompanhamento e monitorização de resultados de projetos diversos, de execução interna na Agência ou externa, com intervenientes de públicos e/ou privados.

Utilização de diferentes/novas abordagens de interacção com o cliente/interlocutor (no relacionamento com associações empresariais, na ligação a entidades multilaterais de financiamento), e implementação de novas ferramentas de promoção (ex.: *site PortugalInsite*, no setor do turismo) e de monitorização de desempenho (ex.: implementação do sistema de *Balanced Scorecard* no ICEP e no IAPMEI).

Aptidões e competências informáticas

Domínio do *software* Office™ (Word™, Excel™ e PowerPoint™)

2 . MAP  
B-1

## INFORMAÇÃO PESSOAL

## Filipe Santos Fernandes da Costa



📍 Rua José Estevão, nº 83 A, 3º Esq., 1150-200 Lisboa

☎ + 351 93 110 54 93

✉ filipe.costa@globalparques.pt

Sexo Masculino | Data de nascimento 03/11/1973 | Nacionalidade Portuguesa

## EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Desde julho 2018

Vice-Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva da AICEP Global Parques – Gestão de Áreas Empresariais e Serviços, S.A.

(2015 – 2018)

## Delegado da AICEP Portugal Global em São Francisco

Consulado-Geral de Portugal em São Francisco, 3298 Washington Street, San Francisco, CA94115, USA (<http://en.portugalinsf.com/index.php/investir-em-portugal>)

Enquanto delegado da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP) e Cônsul Económico e Comercial de Portugal em São Francisco, promoveu as exportações portuguesas e Portugal como destino de investimento nos treze estados federados mais ocidentais dos EUA: Califórnia, Oregão, Washington, Nevada, Idaho, Utah, Arizona, Montana, Wyoming, Colorado, Novo México, Alasca e Havai:

- Angariando investimento para Portugal, com foco em nove indústrias: aeronáutica & espaço, agronegócio, ciências da vida, componentes automóveis, energias limpas, entretenimento, química e petroquímica, tecnologias de informação e têxteis & moda;
- Posicionando Portugal para dois *inputs* estratégicos, quer como recipiente das exportações energéticas dos EUA para a Europa, quer como plataforma logística do comércio internacional na Europa Ocidental;
- Interagindo como a 'nova economia', atraindo habilitadores do ecossistema tecnológico para Portugal e ajudando empresas portuguesas a levantar capital e lançar-se no mercado global em *Silicon Valley*;
- Promovendo as exportações portuguesas para o Oeste dos EUA, sobretudo de TIC, produtos farmacêuticos e bens de consumo – F&B, calçado e mobiliário;
- Apoiando o estabelecimento de presenças de acesso ao mercado pelas firmas exportadoras portuguesas, ajudando-as a criar empresa e a navegar os sistemas legais, fiscais, laborais.

(2011 – 2015)

## Delegado da AICEP Portugal Global em Xangai

Consulado Geral de Portugal em Xangai, 567 Weihai Lu, 16 C-D, 200041 Shanghai, R. P. China

- Como Delegado da AICEP em Xangai:
  - Acompanhou investimentos financeiros por empresas chinesas nos sectores energético, de banca e seguros e da saúde em Portugal;
  - Promoveu o acesso ao mercado chinês por exportadores portugueses de produtos agro-alimentares, eléctricos e electrónicos, componentes automóveis e outros;
- Como Cônsul Económico e Comercial de Portugal em Xangai (cobrindo o Leste da China: Xangai, Jiangsu, Zhejiang, Anhui e Jiangxi), organizou a agenda económica e eventos de várias visitas oficiais portuguesas, como por Sua Excelência o Presidente da República, por S. Exas. o Ministro dos Negócios Estrangeiros e a Ministra da Agricultura e do Mar

(2009 – 2011)

## Encarregado de Missão da Estrutura de Missão para a Gestão dos Fundos Comunitários no Ministério da Administração Interna [requisitado à AICEP]

Rua Almirante Barroso, 38 - 4º, 1049-025 Lisboa (<http://fundoscomunitarios.mai-gov.info>)

- Geriu, como director de organismo intermédio de gestão, o Eixo Prevenção, Gestão e Monitorização de Riscos do Programa Operacional Temático Valorização do Território (POVT/QREN 2017-2013), destinado a melhorar a protecção civil e a capacidade de resposta a emergências;
- Geriu o Programa-Quadro Solidariedade e Gestão de Fluxos Migratórios (SOLID 2007-2013) da União Europeia em Portugal, constituído por quatro instrumentos: Fundo Europeu para as Fronteiras Externas, Fundo Europeu de Regresso, Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros e Fundo Europeu para os Refugiados.

(2008 – 2009) **Gestor de Clientes PME e Técnico de Custos de Contexto na AICEP**

Avenida 5 de Outubro, 101, 1050-051 Lisboa ([www.portugalglobal.pt](http://www.portugalglobal.pt))

- Angariou e geriu uma carteira de PME agro-alimentares e tecnológicas na Divisão PME;
- Propôs revisões legislativas e trabalhou dentro dos quadros legais e fiscais português e europeu para resolver custos de contexto inibidores de investimento, com resultados especialmente positivos em prol de indústrias de veículos motores.

(2005 – 2008) **Chefe do Gabinete do Ministro da Justiça**

Praça do Comércio, 1149-019 Lisboa (<https://justica.gov.pt>)

- Coordenou o Gabinete do Ministro e as suas interações com Presidência da República, Conselho Superior de Magistratura e Procuradoria-Geral da República.
- Geriu o orçamento e as vagas de contratação do Ministério da Justiça, globalmente e de cada serviço tutelado;
- Supervisionou o Centro de Estudos Judiciários, a Direcção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, a Polícia Judiciária e o Gabinete para Relações Internacionais, Europeias e Cooperação, inclusive durante uma Presidência Portuguesa da União Europeia (Conselho JAI – Justiça e Administração Interna).

(2001 – 2002) **Chefe do Gabinete do Secretário de Estado da Cultura [requisitado à ANACOM]**

Calçada da Ajuda, 270, 1300-011 Lisboa

Implementou a reforma de consolidação e dinamização definida por S. Exa. o Secretário de Estado:

- Fundiu institutos de gestão de edifícios e programas culturais, cortando custos intermédios;
- Engajou parceiros privados, potenciando a reabilitação, conservação e viabilidade duradoura de património e equipamentos culturais, mais libertando verbas para novos projectos.

(2000 - 2005) **Coordenador organizações não-europeias nas relações externas da ANACOM**

Avenida José Malhoa, 12, 1099-017 Lisboa ([www.anacom.pt](http://www.anacom.pt))

Como especialista de regulação na Autoridade Nacional de Comunicações, representou Portugal:

- como plenipotenciário à União Internacional de Telecomunicações (UIT, ONU em Genebra);e
- como accionista na Inmarsat (Londres, Reino Unido), na Eutelsat (Paris, França) e na Intelsat-ITSO (Washington D. C., EUA).

(2000) **Director do Gabinete de Imprensa do ICEP**

Avenida 5 de Outubro, 101, 1050-051 Lisboa ([www.portugalglobal.pt](http://www.portugalglobal.pt))

- Como assessor de imprensa do Presidente do Investimento e Comércio Externo de Portugal (ICEP) preparou entrevistas e redigiu comunicados de imprensa;
- Como director do gabinete de imprensa coordenou uma pequena equipa que tratava os pedidos dos órgãos de comunicação social e promovia proactivamente os casos de sucesso de investimento externo em Portugal e das exportações das empresas portuguesas;
- Dirigiu as comunicações de um evento de mês designado "*Perfil de Portugal en Madrid*".

(1999 – 2000) **Assessor de imprensa do Ministro de Estado e do Equipamento Social**

Rua Professor Gomes Teixeira, 2, 1350-249 Lisboa

- Compilou e analisou revistas de imprensa, conduziu e processou inquéritos e estudos de opinião, tratou pedidos de imprensa nacional e estrangeira sobre assuntos gerais de política doméstica e internacional;
- Redigiu discursos e tópicos para intervenções parlamentares e outros actos públicos, como debates televisivos.

(1996 – 1998) **Jornalista das redacções Internacional e Economia da Agência Lusa**

Rua Doutor João Couto, Lote C, 1500-236 Lisboa ([www.lusa.pt](http://www.lusa.pt))

- No *Desk* Internacional cobriu sobretudo política e conflitos internacionais, com foco no Médio Oriente e Leste e Sudeste Asiáticos, trabalhando com os correspondentes da Lusa no estrangeiro e agências internacionais em Portugal: AP, Reuters, AFP e EFE;
- No *Desk* Economia cobriu duas matérias distintas: a) câmbios e bolsas internacionais, cotações de matérias-primas e mercados de *commodities* e derivados; e b) Políticas e negócios europeus e portugueses de agricultura, silvicultura, pescas e alimentação

**EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO**

(Desde 2008) **Doutorando em Ciência Política e Relações Internacionais, Especialidade de Estudos de Segurança e Estratégia** N/A

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

- Desenvolvendo uma tese sobre "Segurança Internacional: A Legítima defesa preventiva nas Relações Internacionais".

(1998 - 2008) **Mestre em Desenvolvimento e Cooperação Internacional** 7

Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa

- Tese "Regular a globalização: a reforma do sistema internacional para a promoção do desenvolvimento", aprovada por unanimidade.

(1991 - 1996) **Licenciatura em Relações Internacionais** 6

Licenciado em Relações Internacionais pela Universidade Lusíada de Lisboa.

- Política Internacional; Direito Internacional Público e Comunitário e Economia Internacional

Língua materna **Português**

Outras línguas	COMPREENDER		FALAR		ESCREVER
	Compreensão oral	Leitura	Interacção oral	Produção oral	
Inglês	C2	C2	C2	C2	C2
	Escolaridade, Universidade, International House e IELTS Academic				
Francês	C1	C1	C1	C1	B2
	Escolaridade, Universidade e Alliance Française				
Espanhol	C1	C1	C1	C1	B2
	Formação Profissional				
Alemão	B1	B1	B1	B1	A2
	Escolaridade				
Chinês	B1	B1	B1	B1	A2
	Hanyu Shuiping Kaoshi (HSK) nível 4				

Níveis: A1/A2: utilizador básico - B1/B2 utilizador independente - C1/C2: utilizador avançado



Q ~~1~~ map 1 



## Silvino Rosa Malho Rodrigues

**Nacionalidade:** Portuguesa

**☎ (+351) 962064146**

**Data de nascimento:** 02/02/1965

**✉ Endereço de email:** [silvino.rodrigues2001@gmail.com](mailto:silvino.rodrigues2001@gmail.com)

**📍 Endereço:** Rua Gomes Freire nº3, 2º B, 2745-117 Queluz (Portugal)

### EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

#### Vice Presidente da Comissão Executiva

**Aicep Global Parques** [ 2018 – Atual ]

Sociedade anónima de capitais públicos, tem como principais acionistas a AICEP Portugal Global, o IAPMEI, a CGD, a CM Sines e o Porto de Sines. É uma empresa especialista na gestão de Parques industriais e logísticos e na prestação de serviços de gestão integrada na localização empresarial. Tem como principal objetivo garantir as melhores condições para captação e acompanhamento na instalação de projetos de investimento nacional e estrangeiro nos Parques sob a sua gestão: ZILS - Zona Industrial e Logística de Sines, BlueBiz - Parque Empresarial da Península de Setúbal e Albiz - Parque Empresarial de Albarraque em Sintra e também presta serviços de consultoria na busca de localizações mais adequadas em Portugal para a instalação de indústrias, escritórios e serviços através da plataforma Portugal Site Selection.

#### Presidente da Mesa da Assembleia Geral

**COMSINES - Conselho das Comunidades de Sines** [ 2019 – Atual ]

Associação privada sem fins lucrativos, que tem como missão atuar proativamente no sentido de promover o Desenvolvimento Sustentável da Região e aprofundar a melhoria do bem-estar das comunidades envolventes, em particular nas áreas do ambiente e desenvolvimento sustentável, proteção civil e segurança, cooperação inter-empresarial e promoção da responsabilidade social das empresas;

Fazem parte desta Associação: Câmara Municipal de Sines, APQuímica, Ecoslops, EDP, Euroresinas, Galp Energia, Repsol Polímeros, Porto de Sines, Indorama, Air Liquide, Águas de Stº André, PortSines, Sines Tecnopolo, Universidade de Évora e aicep Global Parques.

#### Administrador

**ENA - Agência de Energia e Ambiente da Arrábida** [ 2016 – Atual ]

A ENA foca-se na promoção de boas práticas ambientais, na integração e dinamização da gestão eco-eficiente, na promoção e aplicação do conceito de eficiência energética, implementação de sistemas de gestão para otimização dos fatores de produção, consumo de energia e redução da fatura energética, estimulando a valorização dos recursos locais e a proteção do ambiente. Presta apoio técnico para a implementação de projetos específicos nas áreas da Energia e ambiente.

## **Administrador Executivo**

**Aicep Global Parques** [ 2015 – 2018 ]

Responsável pelos pelouros da Direção dos Parques Logísticos e Industriais do Bluebiz (Setúbal) e Albiz (Sintra) e ainda pela Direção Técnica e Obras.

Empresa especialista na gestão de Parques industriais e logísticos. Tem como principal objetivo garantir as melhores condições para captação e instalação de investimentos nacionais e estrangeiros nos Parques sob a sua gestão: ZILS - Zona Industrial e Logística de Sines, BlueBiz - Parque Empresarial da Península de Setúbal e Albiz - Parque Empresarial de Albarraque em Sintra. Presta também serviços de consultoria na busca de localizações mais adequadas para a instalação em Portugal de indústrias, escritórios e serviços através da plataforma Portugal Site Selection.

## **Administrador - delegado**

**AMES - Agência Municipal de Energia de Sintra** [ 2013 – 2014 ]

Responsável pela gestão administrativa, financeira e técnica da AMES.

A Agência foi criada com os apoios da União Europeia e da Câmara Municipal de Sintra com o objectivo de prestar um serviço público à população, aos agentes económicos, a instituições e à Câmara Municipal, na definição e implementação de políticas energéticas sustentáveis, visando a utilização racional de energia, a gestão ambiental e o melhor aproveitamento dos recursos energéticos nos sistemas de produção, distribuição e consumos através da elaboração de estudos, projectos, captação de financiamentos (QREN) e implementação de sistemas e equipamentos.

## **Administrador Executivo**

**SMAS - Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Sintra** [ 2009 – 2013 ]

Responsável pelas divisões de gestão, conservação e manutenção de todo o património construído dos SMAS, dos quais destaco, os edifícios Sede, Complexo Oficinal e Laboratorial, 62 Reservatórios, 5 ETA'S (Estações de Tratamento de Água), 13 ETAR's (Estações de Tratamento de Águas Residuais), 17 Estações Elevatórias, 4 Emissários principais, 1.800 Km de rede de água potável, 1.000 Km de rede de saneamento e 900 Km de rede de águas pluviais.

Responsável pela gestão e coordenação de estudos, projectos, concursos públicos e obras para a renovação e ampliação das redes, infra-estruturas e equipamentos de reserva e tratamento de águas. Responsável pela gestão de todos os Departamentos e Divisões operacionais de abastecimento de água potável aos consumidores, da drenagem e tratamento das águas residuais e das águas pluviais. Cerca de 400 funcionários sobre a minha responsabilidade directa.

## **Arquitecto**

**Griffe - Atelier de Arquitectura & Engenharia** [ 2002 – 2013 ]

Responsável pela elaboração e gestão de diversos projectos de edifícios habitacionais, comerciais, industriais, lares de idosos e complexos desportivos. Obras construídas em Lisboa, Oeiras, Almada, Seixal, Viseu e Madrid.

## **Arquitecto**

**Engtrust, Lda** [ 2007 – 2010 ]

Especialista em Arquitectura Bioclimática e sistemas passivos para uma construção sustentável.

Coordenador de equipas técnicas no âmbito de trabalhos para a implementação de sistemas de racionalização de consumos de energia e eficiência energética em edifícios.

## **Assessor do Departamento das Obras Municipais**

*Câmara Municipal de Sintra* [ 2004 – 2009 ]

Articulação com todas as Juntas de Freguesia e com entidades públicas e privadas, nomeadamente, Estradas de Portugal, REFER, Operadores de Transportes Públicos, EDP, Ministério da Saúde, ARS Lisboa, empresas petrolíferas.

Acompanhamento e assessoria técnica na realização de estudos, projectos e procedimentos inerentes à realização das principais obras municipais nas mais diversas vertentes: Acessibilidades locais e rede viária estruturante, requalificação e construção de edifícios municipais, parques logísticos e industriais, espaços públicos urbanos, parques de lazer, jardins, centros de saúde, equipamentos sociais, desportivos, lúdicos, piscinas e mercados municipais.

## **Gestor área comercial**

*BEIRAGÁS - Companhia de Gás das Beiras, SA* [ 2000 – 2002 ]

Companhia concessionária do Gás Natural da Beira Interior, inserida no grupo Galp Energia.

Responsável pela expansão comercial no distrito de Viseu. Principal interlocutor da Companhia junto das Câmaras Municipais, Instituições Publicas, urbanizadores e construtores civis.

Responsável e coordenador pela equipa que estudou e elaborou os Planos Directores de Gás de Viseu, Nelas, Mangualde, Mortágua, Tondela e de St<sup>o</sup> Comba Dão.

## **Designer**

*Luxometal, Lda* [ 1996 – 2000 ]

Responsável pela criação e desenvolvimento de aplicações para fabrico com a imagem corporativa de diversos clientes tais como Mcdonald´s, Carrefour, Repsol, Tranquilidade, Total, BP, Shell, Ibersol, PizzaHut, Iveco e Michelin.

## **Gestor de Projectos**

*Prefico, Lda* [ 1985 – 1996 ]

Empresa de sistemas de conservação energética e isolamentos térmicos.

Responsável pela gestão e coordenação do departamento de estudos e auditorias de conservação energética em edifícios e instalações fabris. Gestão, coordenação e fiscalização das equipas de instalação de soluções de conservação energética.

## **EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO**

### **Licenciatura em Arquitectura**

*Universidade Moderna de Lisboa* [ 1995 – 2001 ]

Classificação final de curso: 16 valores.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a stylized signature, the initials 'LAP', and another signature.

## **Passive House for all 2020**

### ***Homegrid e Associação Passivhaus Portugal***

- Green Covers;
- O impacto económico da implementação da Passive House à escala nacional;
- Reabilitação passo-a-passo da sede do LREC;
- Passive House certificada;
- A Passive House como bateria térmica em smart grids;
- Desempenho do nZEBoffice+;
- A Passive House e a defesa do Consumidor;
- Habitação social Passive House em Espanha;

## **Projectos Eco-Parques**

### ***EPR COLAB e Fundo Ambiental***

Endereço: Chamusca

- Parques industriais ambientalmente responsáveis;
- Sistemas integrados de gestão;
- Economia Circular e simbioses industriais.

## **Plataformas Logísticas Ibéricas**

### ***AAPS***

Endereço: Setúbal

- Novos clusters logísticos e industriais;
- Atração de investimento estrangeiro.

## **Introdução ao Urbanismo**

### ***Ordem dos Arquitectos - Lisboa***

- Ordenamento do território e Planeamento Urbanístico;
- Política de Solos;
- Escalas e Figuras dos Planos;
- Morfologia Urbana e Espaços Urbanos.

## **Planeamento Regional e Municipal**

### ***Ordem dos Arquitectos - Lisboa***

- Planos PROTES e PDM;
- Planos Especiais e Planos Estratégicos.



## **Planeamento Municipal e Local**

*Ordem dos Arquitectos - Lisboa*

- Acessibilidades e Infra-estruturas;
- Planos de Urbanização e Planos de Pormenor;
- Planeamento Estratégico e Projectos Urbanos;
- Loteamentos.

## **Reabilitação Urbana**

*Ordem dos Arquitectos - Lisboa*

- Integração das Políticas Urbanas;
- Ambiente, Património e Sustentabilidade;
- A Reabilitação Hoje;
- Propostas para o Futuro.

## **Edifícios Energéticamente Eficientes**

*DUAL - Câmara de Comércio e Indústria Luso-Alemã - Lisboa*

- Arquitectura Bioclimática;
- Edifícios com eficácia energética;
- Radiação e Geometria Solar;
- Ventilação;
- Legislação.

## **Projectista de Redes de Gás**

*Instituto de Formação Técnica de Gás - Coimbra*

## **Edifícios Solares Passivos em Portugal**

*Passive-house - INETI - Lisboa*

## **Certificação Energética e Construção Sustentável**

*ADENE E IST - Belas Clube de Campo - Sintra*

## **Sistemas de Aproveitamento de Águas Pluviais**

*LN Águas - Ecoágua - Grundfos - Lisboa*

## **Sustentabilidade no Ciclo Urbano da Água**

*ENAG 2009 - APDA - Lisboa*

## **Formação de Formadores**

*NHK - Lisboa*

Certificado de Aptidão Profissional - CAP



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a stylized signature and the initials 'KAP'.

## Arquitecturas en la Raya ´ 96

Centro de Estudios de Arquitecturas Transfronteirizas.

Cooperação com a Universidade de Arquitectura de Sevilha - Espanha

### COMPETÊNCIAS LINGUÍSTICAS

---

Língua(s) materna(s):

**português**

Outra(s) língua(s):

**francês**

**COMPREENSÃO ORAL B2 LEITURA B2 ESCREVER B1  
PRODUÇÃO ORAL B1 INTERAÇÃO ORAL B1**

**inglês**

**COMPREENSÃO ORAL B2 LEITURA B2 ESCREVER B2  
PRODUÇÃO ORAL B1 INTERAÇÃO ORAL B1**

Handwritten signature and initials in blue ink, including a stylized 'E' and 'LUP'.

## INFORMAÇÃO PESSOAL

**Isabel Luísa Caldeira Gonçalves Ferreira Cardoso Manso Preto**

📍 Avenida Almirante Reis nº 244 – 3º Esquerdo 1000-057 Lisboa

☎ +351 21 382 77 64 📠 932065260

✉ isabel.cardoso@globalparques.pt

Sexo F | Data de nascimento 01/08/1971 | Nacionalidade Portuguesa

## EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Desde julho 2018

Vogal da Comissão Executiva da aicep Global Parques  
Vogal do Conselho de Administração da aicep Global Parques

Desde abril 2018

Membro da Assembleia Geral da APLOG – Associação Portuguesa de Logística

Desde outubro 2018

Membro da Comité Executiva da European Chemical Site Promotion Platform

Desde julho 2017

Membro do Conselho Estratégico da APQuímica

Membro do Conselho fiscal da João 13- Associação de Apoio a Pessoas Carenciadas

abril 2015 a junho 2018

Diretora da Direção de Negócio

aicep Global Parques - Gestão de Áreas Empresariais e Serviços, S.A.

[www.globalparques.pt](http://www.globalparques.pt)

A direção engloba o Marketing (operacional e estratégico), toda a área Comercial e de Comunicação

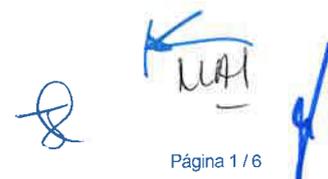
Na direção foi incluída a gestão dos novos produtos serviços da empresa Global Find e Global Force que foram planeados, estruturados e desenvolvidos na sua direção.

É responsável por toda a política de comunicação da empresa desde a presença em Feiras Internacionais, Seminários, Congressos, à elaboração de todos os materiais de comunicação: filmes, brochuras e folhetos; artigos, entrevistas, comunicados de imprensa nos órgãos de comunicação social e toda a comunicação na Web - páginas Web e Newsletters.

Os projetos especiais tal como protocolos, parcerias com outras entidades e projetos de envolvimento com as comunidades em que os parques empresariais sob gestão da empresa se inserem têm estado sob sua coordenação.

A política de responsabilidade social da empresa e sua implementação de acordo com os pilares definidos e propostos pela mesma são da sua responsabilidade.

Empresa ou setor Sector Empresarial do Estado



Outubro de 2007 a março de 2015

Diretora de Marketing  
aicep Global Parques - Gestão de Áreas Empresariais e Serviços, S.A  
[www.globalparques.pt](http://www.globalparques.pt)  
Responsável pela política de produtos e sua promoção nacional e internacional e pela comunicação institucional e comercial da empresa.  
Responsável pelo rebranding da empresa e pelo lançamento dos novos produtos Global Find e Global Force

Outubro 1999 a setembro 2007

Sales Manager- SBH (distribuição moderna)  
Osram, grupo Siemens

[www.osram.pt](http://www.osram.pt)

Reportando ao Diretor-Geral, foi responsável pela gestão total do canal incluindo a coordenação de uma equipa de 10 pessoas.

Principais responsabilidades:

- Negociações dos contratos anuais com os clientes da distribuição moderna;
- Planos de Vendas: preparação e coordenação da sua implementação;
- Orçamento: preparação do orçamento anual do canal;
- Análise de rentabilidade dos *mix* dos produtos;
- Plano promocional do Canal: preparação, planificação e acompanhamento;
- Informação de aprovisionamento e previsão de vendas para a Logística;
- Acompanhamento, coordenação e formação da equipa de vendas e merchandising;
- Participação nas equipas europeias de negociação de contratos internacionais.

Empresa ou setor Sector Privado

Janeiro 1997 a setembro 1999

Key Account Manager  
Vileda Ibérica SA, grupo Freundeberg,

<http://www.vileda.com/pt/>

Reportando ao Diretor comercial, era responsável pela gestão global de contas que representavam 80% da faturação incluindo plano de vendas por cliente e planeamento do orçamento anual.

Membro de equipas europeias para a gestão de contas internacionais.

Líder da equipa do projeto *Category Management* com a SONAE.

Coordenação de Equipa de Vendas (8 pessoas).

Responsável pelo lançamento e introdução de novos produtos nos clientes: apresentação à equipa de vendas, coordenação da apresentação aos clientes, sua entrada em linha e plano promocional

Empresa ou setor Sector Privado

Junho 1994 a dezembro 1996

Key Account Júnior  
Osram, grupo Siemens

[www.osram.pt](http://www.osram.pt)

Reportando ao Diretor Comercial, era responsável pela gestão diária das contas da distribuição moderna, acompanhamento e controlo de promoções.

Empresa ou setor Sector Privado



EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

Novembro de 2006 Pós-Graduação em Retail Management Nível 7

INDEG Business School

- Principais disciplinas: Project Managment, Marketing, Finance, Logisitcs, Negotiation, e-Commerce, Startegy.
- Principais competências: para além das técnicas das diferentes áreas do currículo realça-se a elaboração de trabalhos/projetos, a maioria em grupo, com defesa de ideias e apresentações em sala para audiência, exigindo-se uma comunicação persuasiva, devidamente articulada.

Maio de 1994

Licenciatura em Economia

Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Economia

- Principais áreas de especialização: Economia Industrial, Economia Internacional, Economia Agrária e dos Recursos Naturais, para além de Marketing, finanças, Instituições Internacionais, Comportamento Organizacional, Gestão de Recursos Humanos.

COMPETÊNCIAS PESSOAIS

Língua materna Português

Outras línguas

	COMPREENDER		FALAR		ESCREVER
	Compreensão oral	Leitura	Interacção oral	Produção oral	
Inglês	C2	C2	C2	C2	C2
First Certificate in English – Universidade de Cambridge e Cursos no Cambridge College of Arts and Technology em Cambridge					
Francês	C1	B2	B2	B2	B1
Frequência da Alliance Francaise em Lisboa até ao 4º ano					
Castelhano	B1	B1	B2	B2	B1
Curso realizado no Instituto Espanhol em Lisboa					
Alemão	A2	A2	A2	A2	A1
Frequência do Goethe Institut					

Níveis: A1/A2: utilizador básico - B1/B2 utilizador independente - C1/C2: utilizador avançado  
Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas

Competências de comunicação

- Muito boa capacidade de comunicação pela experiência na área comercial e de Marketing no início da carreira no Grupo Siemens e Grupo Freudenberg. Inúmeras apresentações realizadas, ações de formação e atualmente exposições regulares a potenciais investidores e coordenação de projetos.

Competências de organização

- Muito boa capacidade de organização, conseguindo acompanhar diversos projetos e atividades em paralelo. Elevada capacidade de liderança evidenciada pela gestão de equipas, desde o início da carreira, e em que os resultados permitiram a sua evolução.



Competências relacionadas com o trabalho

Elevadas competências na coordenação de equipas multidisciplinares e na motivação das mesmas para o cumprimento dos objetivos. Como exemplo o desenvolvimento da plataforma Global Find (ferramenta SIG - Sistemas de informação Geográfica com base web) para a pesquisa e seleção de áreas de localização empresarial face os requisitos dos investidores, exigiu a coordenação de uma equipa de competências variadas e o estabelecimento de inúmeras parcerias com as entidades detentoras de informação (INE – Instituto Nacional de Estatística, DGT- Direção Gera do Território, Câmaras Municipais, entre outras. A ferramenta entrou em produção de acordo com o cronograma e foi colocada *on line* na data prevista.

Implementação da ferramenta CRM (*Customer Relationship Management*) no âmbito da implementação de um *Software* de ERP na aicep Global Parques. Foi responsável pela definição dos campos e fluxos de informação definição das hierarquias de entidades a caracterizar. Esta atividade exigiu o trabalho em equipa, um pormenorizado levantamento das necessidades e a sensibilização de todos os colaboradores e da gestão de topo para a sua implementação e manutenção corrente da informação.

No âmbito da implementação do ERP, foi paralelamente responsável pela planificação de um processo de avaliação de qualidade dos serviços prestados pela aicep Global Parques, que envolveu a definição de fluxos de resposta em função das reclamações e pedidos de resolução por parte dos clientes instalados nos Parques.

Competência digital

AUTOAVALIAÇÃO				
Processamento de informação	Comunicação	Criação de conteúdos	Segurança	Resolução de problemas
avanzado	avanzado	avanzado	avanzado	independente

Níveis: utilizador básico - utilizador independente - utilizador avanzado  
Competências digitais - Grelha de auto-avaliação

- Prática e conhecimento ferramentas da suite de escritório, Word, Excel Avanzado, PowerPoint.
- Prática na edição e publicação de página web e facilidade em utilização de redes sociais empresariais
- Formação em SAP – utilizado no Grupo Siemens,
- Formação em programas de gestão de espaço com base no estudo do consumidor - *Spacement e Appolo*
- Utilização de modelos de *Previsão Box-Jenkins*.

Outras competências

Certificação como formadora.

Carta de Condução

B

INFORMAÇÃO ADICIONAL



- Publicações** Colaboração no jornal Semanário Económico, artigos de conjuntura económica, entre julho de 1999 e dezembro de 2001.  
Colaboração na revista VALOR, página de conjuntura & mercados, entre agosto de 1996 e julho de 1999.
- Apresentações** Faz parte da atividade diária a realização de apresentações a potenciais investidores. Paralelamente a atividade de promoção da plataforma Global Find requer a demonstração das vantagens competitivas em estar presente o que tem levado à realização de muitas apresentações ao diversos Municípios do país e às Comunidades Intermunicipais (CIMs).
- Projetos** Fundadora, membro dos Órgãos Sociais e voluntária da Associação João 13 – Associação de Voluntariado para os sem abrigo e para a dignidade humana.  
Fundadora do Grupo de Artistas da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa (GAFE), participando na organização de exposições.
- Conferências** Presença em inúmeras conferências como oradora, como exemplo:  
  
- “Administração Local e Empreendedorismo”, conferência integrada no Ciclo de Conferências Administração Local, 2015.  
- “A crise do Petróleo: Os Desafios da Geopolítica Energética” - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.  
- “Oportunidades de Investimento em Portugal”, Expo Xangai 2010 e- Unique Investment Opportunities - Unique Investment Partners” Feira de Investimento de Macau, 2009.  
- “Desenvolvimento Regional no Centro”, no 4º Fórum de Desenvolvimento Económico, 2019.  
- Brand Sense - A influência dos 5 sentidos na promoção de marcas - Seminário Organizado pela Centromarca - Associação Portuguesa de Produtos de Marca, maio 2007.
- Seminários** Presença em muitos Seminários, como exemplo:  
- Presença no Portugal I - UK *Economic Forum*, Londres, abril 2018, organizado pela AICEP Portugal Global e pelo Portugal IN, em parceria com a Bloomberg.- Realização das reuniões B2B  
- “II Encontro de Investidores da Diáspora”, Viana do Castelo, dezembro 2017  
- “China and Portugal Blue Partnership and the XXI Century Maritime Silk Road”, Pequim e Xangai, outubro 2017
- Distinções e Prémios** Prémio EPSA 2015, Excelência no setor público, *European Institute of Public Administration* (EIPA) Boas Práticas na Administração Pública, atribuído ao projeto Global Find da qual foi coordenadora.  
  
Projeto SIG 2008, Excelência em SIG, ESRI Portugal atribuído ao projeto Global Find da qual foi coordenadora.
- Cursos** Curso “*Persuasive Communications and Presentations*” ministrado em Barcelona pela *London Business School*, em 1999.  
Curso de Formação Pedagógica de Formadores lecionado pelo *Citeforma* - certificação e competência para formar.  
Diversos cursos de liderança, negociação e de gestão do tempo, ministrados pela Cegoc.  
Curso de Pintura da Sociedade Nacional de Belas Artes
- Estágios** Estágio no Departamento Financeiro da Extensão - Gestão de Empresa, Marketing, Lda, entre janeiro e maio de 1994.  
  
Estágio na BCG - “*Boston Consulting Group*” no âmbito do projeto “BNU Empresas”, entre outubro de 1993 e janeiro de 1994.

## ANEXOS

Enumere os documentos anexos ao CV. Exemplos:

- cópias dos diplomas e certificados
- certificados de trabalho ou de estágio
- obras publicadas ou trabalhos de investigação

  
Maf  
-  
  


**ANEXO II**

Ata ou extrato da ata da reunião do órgão de administração em que haja sido deliberada a aprovação do RGS 2020.

   UAF

UAI  
\$  
K  
A



aicep Global Parques

## EXTRATO DA ATA N.º 264 DA RCA DE 05 DE MARÇO DE 2021

...

### 4. I00143-20210224-RGS-00001-LIS-DAF-IT – Relatório de Governo Societário de 2020; -----

O Conselho de Administração aprovou, por unanimidade, o Relatório de Governo Societário da aicep Global Parques 2020, a remeter à Assembleia-Geral de Acionistas a realizar no mês de março de 2021. -----

...

aicep Global Parques – Gestão de Áreas Empresariais e Serviços, S.A

Serviços Centrais: Rua Artilharia Um 79, 7º • 1250-038 Lisboa • Portugal • Tel. +351 213 827 750 • Fax +351 213 860 900 [globalparques@globalparques.pt](mailto:globalparques@globalparques.pt) •

[www.globalparques.pt](http://www.globalparques.pt)

UAF

WAP  
② ~~②~~ ✓

**ANEXO III**

Relatório do órgão de fiscalização a que se refere o n.º 2 do artigo 54.º do RJSPE.

MAF  
P

~~Q~~ MAP ~~Q~~ ✓

Exmo. Conselho de Administração  
aicep Global Parques - Gestão  
de Áreas Empresariais e Serviços, SA  
Rua Artilharia Um, nº 79, 7º andar  
1250-038 LISBOA

11 de março de 2021  
240/pad/cgs

Exmos. Senhores,

## **RELATÓRIO ANUAL DA BDO**

Vimos apresentar o nosso relatório anual sobre a fiscalização efetuada durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Como é do conhecimento de V.Exas. efetuámos a revisão legal das contas da **aicep Global Parques - Gestão de Áreas Empresariais e Serviços, SA**, e procedemos ao exame das suas Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, com a profundidade que considerámos necessária nas circunstâncias. Em consequência emitimos a Certificação Legal das Contas datada de 11 de março de 2021, cujo conteúdo aqui se dá por integralmente reproduzido.

O trabalho realizado pode resumir-se como segue:

- Acompanhamento da atividade e dos negócios da Empresa através da obtenção de informações junto do Conselho de Administração e dos vários Serviços;
- Análise, com a frequência e a extensão que considerámos necessárias, dos procedimentos contabilísticos e das medidas de controlo interno em vigor na Empresa, e realização dos respetivos testes substantivos e de conformidade;
- Revisão analítica das principais contas do balanço, da demonstração dos resultados por naturezas, da demonstração das alterações no capital próprio e da demonstração dos fluxos de caixa;

- Confirmação direta dos saldos das principais contas de terceiros, nomeadamente, clientes, fornecedores e outros créditos a receber e outras dívidas a pagar, incluindo a aplicação de procedimentos alternativos;
- Confirmação direta de saldos e outras informações junto do consultor jurídico e instituições bancárias que mantêm relações comerciais com a Empresa;
- Análise das reconciliações bancárias;
- Análise dos saldos considerados de cobrança duvidosa;
- Verificação das perdas de imparidade reconhecidas face aos respetivos graus de recuperabilidade;
- Análise da evolução dos ativos fixos tangíveis, ativos intangíveis e propriedades de investimento e realização de testes sobre: aquisições, abates, transferências entre contas, depreciações e amortizações, bem como verificação da consistência dos critérios aplicados;
- Análise das aquisições e alienações de participações financeiras e sua valorização;
- Confirmação do cumprimento das obrigações perante o Estado e a Segurança Social;
- Apreciação e análise dos movimentos ocorridos nas contas que integram o capital próprio;
- Testes sobre a especialização dos gastos e rendimentos;
- Verificação documental das principais transações e operações;
- Análise de conformidade do relatório de gestão e das demonstrações financeiras, com a lei, os estatutos, os registos contabilísticos e verificação da concordância entre as informações divulgadas naquelas peças.

O Fiscal Único verificou ainda, que foram cumpridas determinadas orientações legais vigentes para o setor empresarial do Estado, designadamente a das reduções remuneratórias, aplicáveis no exercício, previstas na Lei (Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho), bem como a da exigência constante no nº1 do artigo 54º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro.

Como corolário do trabalho realizado, e no sentido de darmos cumprimento ao disposto na norma internacional de auditoria 580 - Declarações Escritas, solicitámos a V. Exas. que nos fosse enviada a denominada Declaração do Órgão de Gestão.



Finalmente não queremos deixar de manifestar a nossa disponibilidade para prestar os esclarecimentos adicionais que sejam considerados convenientes e apresentar os nossos melhores cumprimentos.

De V. Exas.

Atentamente

**BDO & Associados, SROC**  
A Administração

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Pedro Aleixo Dias', written over a horizontal line.

Pedro Aleixo Dias

ROC - Sócio

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Claudia Gomes Sena', written over a horizontal line.

Claudia Gomes Sena

ROC - Diretora



**ANEXO IV**

Declarações a que se refere o artigo 51.º do RJSPE.

2      MAP      h



aicep Global Parques

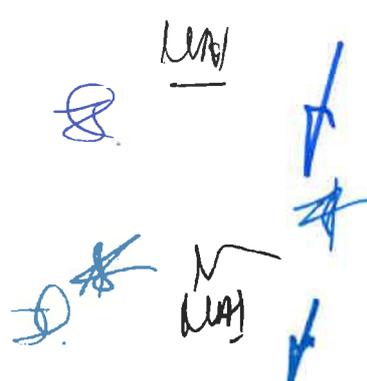
## DECLARAÇÃO

Maria Manuel Prado de Matos Aires Serrano, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração da aicep Global Parques – Gestão de Áreas Empresariais e Serviços, S.A., declara, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 51º do Decreto-Lei nº 133/2013 de 3 de outubro, que, no exercício das suas funções, se abstém de interferir em decisões que atual ou potencialmente envolvam interesses próprios ou que possam configurar conflito de interesses.

Lisboa, 29 de março de 2019.



---



~~8~~ 1000  
8. 1000



aicep Global Parques

## DECLARAÇÃO

Filipe Santos Fernandes da Costa, na qualidade de Vice-Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva da aicep Global Parques – Gestão de Áreas Empresariais e Serviços, S.A., declara, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 51º do Decreto-Lei nº 133/2013 de 3 de outubro, que, no exercício das suas funções, se abstém de interferir em decisões que atual ou potencialmente envolvam interesses próprios ou que possam configurar conflito de interesses.

Lisboa, 29 de março de 2019.

Handwritten notes in blue ink, including a star symbol, the word "LUA", a horizontal line, a vertical line, and a circled letter "S".



aicep Global Parques

## DECLARAÇÃO

Silvino Rosa Malho Rodrigues, na qualidade de Vogal do Conselho de Administração e Vice-Presidente da Comissão Executiva da aicep Global Parques – Gestão de Áreas Empresariais e Serviços, S.A., declara, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 51º do Decreto-Lei nº 133/2013 de 3 de outubro, que, no exercício das suas funções, se abstém de interferir em decisões que atual ou potencialmente envolvam interesses próprios ou que possam configurar conflito de interesses.

Lisboa, 29 de março de 2019.

~~1~~ next  
D



aicep Global Parques

## DECLARAÇÃO

Isabel Luísa Caldeira Gonçalves Ferreira Cardoso, na qualidade de Vogal do Conselho de Administração e Vogal da Comissão Executiva da aicep Global Parques – Gestão de Áreas Empresariais e Serviços, S.A., declara, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 51º do Decreto-Lei nº 133/2013 de 3 de outubro, que, no exercício das suas funções, se abstém de interferir em decisões que atual ou potencialmente envolvam interesses próprios ou que possam configurar conflito de interesses.

Lisboa, 29 de março de 2019.

Isabel Luísa Caldeira Cardoso

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a circular stamp and several illegible signatures.

~~✗~~ MR ✓



aicep Global Parques

## DECLARAÇÃO

Luís Miguel Pacheco da Fontoura, na qualidade de Vogal do Conselho de Administração da aicep Global Parques – Gestão de Áreas Empresariais e Serviços, S.A., declara, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 51º do Decreto-Lei nº 133/2013 de 3 de outubro, que, no exercício das suas funções, se abstém de interferir em decisões que atual ou potencialmente envolvam interesses próprios ou que possam configurar conflito de interesses.

Lisboa, 29 de março de 2019.

Handwritten marks in the bottom right corner, including a star-like symbol, the word "with", a horizontal line, and a checkmark.

**ANEXO V**

Evidências da apresentação aos respectivos destinatários das Declarações a que se refere o artigo 52.º do RJSPE.

    
WAL

Handwritten marks in blue ink, including a circled 'S', a signature, and a vertical line.

4/c: Eng.º Dr.º N.º Serrano  
05.07.2018



ANEXO

[NOMEAÇÃO/ELEIÇÃO]

Exmo. Senhor  
Inspetor-Geral de Finanças  
Rua Angelina Vidal, n.º 41  
1199-005 LISBOA

Data:

**Assunto:** Deveres de informação decorrentes do disposto no nº 9 do art.º 22º do DL n.º 71/2007, de 27 de março, alterado e republicado pelo DL nº 8/2012, de 18 de janeiro, e no nº 1 do art.º 52º do DL n.º 133/2013, de 3 de outubro.

IDENTIFICAÇÃO DO GESTOR PÚBLICO

Nome:	MARIA MANUEL PRADO DE MATEUS AIRES SERRANO
NIF:	131854950
Morada:	RUA ALBERTO VILLAVERDE CABRAL, LOTE 8, BLOCO 1C, 1.ª ESQ
Código Postal:	1400 - 905 LISBOA
E-mail:	maireszarrano@gmail.com
Telefone:	+351 912044653

NOMEAÇÃO/ELEIÇÃO

Empresa/Entidade(*):	AICEP GLOBAL PARQUES - GESTÃO DE ÁREAS EMPRESARIAIS E SERVIÇOS, S.A.
Tipo (Empresa Pública, Empresa Municipal, Instituto, outro-identificar):	EMPRESA PÚBLICA DO SETOR EMPRESARIAL DO ESTADO
NIF:	503580929
Morada da Sede:	RUA ARtilharia um, 7A-7.º
Código Postal:	1250 - 038 LISBOA
E-mail:	
Telefone:	+351 213827750
Fax:	

Cargo para que foi nomeado/eleito:	PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - NÃO EXECUTIVO
Data de início do mandato (dd/mm/aaaa):	1 Julho 2018
Data prevista de termo do mandato (dd/mm/aaaa):	31 Dezembro 2020

(\*): Deve enviar à IGF uma declaração por cada nomeação/eleição.

Tendo sido nomeado/eleito para o cargo referido, na empresa/entidade acima indicada, declaro:

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'LVAH', 'K', 'S', and 'V'.

~~Q~~ leap ✓  
Q ✓

## Maria Antónia Serrano

---

De: Filipe Costa  
Enviado: sexta-feira, 17 de agosto de 2018 17:54  
Para: Maria Antónia Serrano  
Assunto: FW: Pedido de acesso ao formulário para registo de interesses do gestor público

De: Deveres de Informação dos Gestores Públicos <paznunes@igf.gov.pt>  
Enviada: 17 de agosto de 2018 16:38  
Para: Filipe Costa <filipe.costa@globalparques.pt>  
Assunto: Pedido de acesso ao formulário para registo de interesses do gestor público

Exm<sup>o</sup>(<sup>a</sup>) Sr.(a)

Este email confirma que completou o formulário intitulado Deveres de informação dos gestores públicos e que foi gravado com sucesso.

Se tiver outras perguntas ou dúvidas relacionadas com este assunto, por favor, contacte Deveres de Informação dos Gestores Públicos através do endereço electrónico [paznunes@igf.gov.pt](mailto:paznunes@igf.gov.pt).

Com os melhores cumprimentos,



Handwritten signatures and initials in blue ink, including the acronym "IGF" and various scribbles.

⊕ MAP ✓

## Silvino Malho Rodrigues

---

**De:** Deveres de Informação dos Gestores Públicos <paznunes@igf.gov.pt>  
**Enviado:** 10 de julho de 2018 09:29  
**Para:** Silvino Malho Rodrigues  
**Assunto:** Pedido de acesso ao formulário para registo de interesses do gestor público

Exm<sup>o</sup>(\*) Sr.(a)

Este email confirma que completou o formulário intitulado Deveres de informação dos gestores públicos e que foi gravado com sucesso.

Se tiver outras perguntas ou duvidas relacionadas com este assunto, por favor, contacte Deveres de Informação dos Gestores Públicos através do endereço electrónico paznunes@igf.gov.pt.

Com os melhores cumprimentos,



Handwritten signatures and initials in blue ink, including the word "MMP" and various scribbles.

8  
LAP  
✓

**Maria Antónia Serrano**

---

**Assunto:** FW: Pedido de acesso ao formulário para registo de interesses do gestor público -  
Confirmação de entrega

**De:** Deveres de Informação dos Gestores Públicos <[paznunes@igf.gov.pt](mailto:paznunes@igf.gov.pt)>

**Enviada:** 9 de julho de 2018 11:29

**Para:** Isabel Cardoso <[isabel.cardoso@globalparques.pt](mailto:isabel.cardoso@globalparques.pt)>

**Assunto:** Pedido de acesso ao formulário para registo de interesses do gestor público

Exm<sup>o</sup>(<sup>a</sup>) Sr.(a)

Este email confirma que completou o formulário intitulado Deveres de informação dos gestores públicos e que foi gravado com sucesso.

Se tiver outras perguntas ou duvidas relacionadas com este assunto, por favor, contacte Deveres de Informação dos Gestores Públicos através do endereço electrónico [paznunes@igf.gov.pt](mailto:paznunes@igf.gov.pt).

Com os melhores cumprimentos,

 IGF

Handwritten signatures and initials in blue ink, including the acronym "IGF" and various scribbles.

~~8~~ keep  
8 ✓

cc: A. Miguel Fontoura  
02.05.2018

ANEXO

[NOMEAÇÃO/ELEIÇÃO]

INSPEÇÃO GERAL DE FINANÇAS

Rua Angelina Vidal, 41

1199-005 LISBOA

21912-15

IGF

Exmo. Senhor

Inspetor-Geral de Finanças

Rua Angelina Vidal, n.º 41

1199-005 LISBOA

Data:

Assunto: Deveres de informação decorrentes do disposto no nº 9 do art.º 22º do DL n.º 71/2007, de 27 de março, alterado e republicado pelo DL nº 8/2012, de 18 de janeiro, e no nº 1 do art.º 52º do DL n.º 133/2013, de 3 de outubro.

IDENTIFICAÇÃO DO GESTOR PÚBLICO

Nome:	Luis Miguel Pacheco DA Fontoura
NIF:	201369001
Morada:	Rua João Antão, lote 6, 4ºD
Código Postal:	2750-384 CAIÇALIS
E-mail:	luis.miguel.fontoura@portugalglobal.pt
Telefone:	930 414 767

NOMEAÇÃO/ELEIÇÃO

Empresa/Entidade(*):	AICER Global PARKING
Tipo (Empresa Pública, Empresa Municipal, Instituto, outro-identificar):	Empresa Pública da Sector Empresarial do Estado
NIF:	503 580 929
Morada da Sede:	Rua Antilhavia 07, 79-2º
Código Postal:	1250-038 Lisboa
E-mail:	globalparking@globalparking.pt
Telefone:	213 827 750
Fax:	213 860 900

Cargo para que foi nomeado/eleito:	Administrador não executivo
Data de início do mandato (dd/mm/aaaa):	1 julho 2018
Data prevista de termo do mandato (dd/mm/aaaa):	31 Dezembro 2020

(\* Deve enviar à IGF uma declaração por cada nomeação/eleição.

Tendo sido nomeado/eleito para o cargo referido, na empresa/entidade acima indicada, declaro:

IGF  
AICER  
[Handwritten signatures and initials]

WAF  
-  
Q  $\phi$  /



aicep Global Parques

DECLARAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES PATRIMONIAIS

(artigo 52º do Decreto-Lei nº 133/2013 de 3 de outubro)

Eu, Maria Manuel Prado de Matos Aires Serrano, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração da aicep Global Parques – Gestão de Áreas Empresariais e Serviços, S.A., declaro, para os devidos efeitos que não detenho quaisquer participações patrimoniais na empresa, assim como quaisquer relações relevantes com os fornecedores, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse.

Lisboa, 29 de março de 2019.





2

Ull

—

h

h



aicep Global Parques

DECLARAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES PATRIMONIAIS

(artigo 52º do Decreto-Lei nº 133/2013 de 3 de outubro)

Eu, Filipe Santos Fernandes da Costa, na qualidade de Vice-Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva da aicep Global Parques – Gestão de Áreas Empresariais e Serviços, S.A., declaro, para os devidos efeitos que não detenho quaisquer participações patrimoniais na empresa, assim como quaisquer relações relevantes com os fornecedores, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse.

Lisboa, 29 de março de 2019.

AICEP Global Parques - Gestão de Áreas Empresariais e Serviços, S.A.

Escritório: Rua Artilharia Um, 79-7.º - 1250-038 Lisboa - Tel. +351 213 827 750 - Fax +351 213 860 900 - globalparques@globalparques.pt - www.globalparques.pt





⊕  $\frac{1}{2}$   $\frac{1}{2}$



aicep Global Parques

DECLARAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES PATRIMONIAIS  
(artigo 52º do Decreto-Lei nº 133/2013 de 3 de outubro)

Eu, Isabel Luísa Caldeira Gonçalves Ferreira Cardoso, na qualidade de Vogal do Conselho de Administração e Vogal da Comissão Executiva da aicep Global Parques – Gestão de Áreas Empresariais e Serviços, S.A., declaro, para os devidos efeitos que não detenho quaisquer participações patrimoniais na empresa, assim como quaisquer relações relevantes com os fornecedores, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse.

Lisboa, 29 de março de 2019.

Isabel Luísa Caldeira Cardoso

LEAP  
WAF

④  
LAL  
✓



aicep Global Parques

DECLARAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES PATRIMONIAIS  
(artigo 52º do Decreto-Lei nº 133/2013 de 3 de outubro)

Eu, Luís Miguel Pacheco da Fontoura, na qualidade de Vogal do Conselho de Administração da aicep Global Parques – Gestão de Áreas Empresariais e Serviços, S.A., declaro, para os devidos efeitos que não detenho quaisquer participações patrimoniais na empresa, assim como quaisquer relações relevantes com os fornecedores, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse.

Lisboa, 29 de março de 2019.

Luís Miguel Pacheco da Fontoura

Handwritten signatures in blue ink, including the name "Luis" and other illegible marks.

Ⓟ ~~✍~~ <sup>MAA</sup> ✓

**ANEXO VI**

Ata da reunião de Assembleia Geral relativa à aprovação do Relatório de Gestão e Contas de 2019

    
LEAP

⊕ ↖  
⊕ ↘

⊕

*J*  
*Q*  
*P.*  
Folha 

46
----

**ACTAS**  
**ATA Nº 48**

Aos vinte e três dias de março de dois mil e vinte, pelas onze horas e trinta minutos, através de videoconferência, reuniu em Assembleia Geral Ordinária a sociedade aicep Global Parques – Gestão de Áreas Empresariais e Serviços S. A., sociedade comercial anónima matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Setúbal, pessoa coletiva número 503580929, com o capital social de 20.186.305 euros integralmente realizado, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1. Deliberar sobre o Relatório de Gestão, as contas do exercício e demais documentos de prestação de contas respeitantes ao exercício de 2019;** \_\_\_\_\_
- 2. Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;** \_\_\_\_\_
- 3. Deliberar sobre o Relatório de Governo Societário relativo ao exercício de 2019;** \_\_\_\_\_
- 4. Proceder à apreciação geral da Administração e Fiscalização da sociedade.** \_\_\_\_\_

*P.*  
*Neto*

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Nuno Mangas, após confirmar que estavam presentes os acionistas titulares de 100% das ações representativas do capital social, conforme lista de presenças que fica arquivada em anexo à presente ata e que dela faz parte integrante, declarou a Assembleia Geral validamente constituída e em termos de funcionar e deliberar sobre os pontos constantes da convocatória. A função de secretário foi desempenhada por Isabel Tenreiro, Diretora Administrativa e Financeira da aicep Global Parques. Estavam ainda presentes Maria Manuel Aires Serrano, Presidente do Conselho de Administração; Filipe Costa, Vice-Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva; Silvino Malho Rodrigues, Vogal do Conselho de Administração e Vice-Presidente da Comissão Executiva, e Isabel Cardoso, Vogal do Conselho de Administração e da Comissão Executiva. Por parte da fiscalização da sociedade estavam presentes o Fiscal Único Efetivo, Pedro Aleixo Dias e o Fiscal Único Suplente, Mário Silvestre Neto. Foi apresentada, pelo Presidente da Assembleia Geral, a Ordem de Trabalhos, tendo sido dado início à sessão: \_\_\_\_\_

- 1. Deliberar sobre o Relatório de Gestão, as contas do exercício e demais documentos de prestação de contas respeitantes ao exercício de 2019;** \_\_\_\_\_

O Presidente da Assembleia Geral iniciou a sessão dando a palavra à Presidente do Conselho de Administração, que por sua vez agradeceu a presença e disponibilidade de todos para esta reunião de aprovação dos documentos em apreço. Antes de se reportar diretamente aos resultados da empresa, e após agradecer a todos a disponibilidade para se reunirem em videoconferência, a Presidente do Conselho de Administração faz uma declaração em nome do Conselho de Administração, que passo a transcrever: \_\_\_\_\_

"Considerando que a apresentação de contas e respetiva certificação legal foi anterior ao atual estado do surto da COVID-19, e antes da apreciação em Assembleia Geral, cumpre informar que, à presente data, não julgamos necessário proceder a qualquer alteração às Demonstrações Financeiras e ao Relatório de Gestão. Não obstante, não deveremos descuidar a possibilidade de alguns clientes falirem nem ignorar que já tivemos alguns pedidos de diferimento de pagamento

## ACTAS

de rendas, por ora apenas clientes de menor dimensão, o que nos leva a crer que, vindo a acontecer, terá apenas um impacto pontual de tesouraria, sem consequências na continuidade da nossa atividade. De notar que 70% dos rendimentos da empresa provém das rendas dos direitos de superfície e contratos de prestação de serviços de quatro grandes clientes na ZILS: GALP; EDP, Repsol Polímeros e Indorama. \_\_\_\_\_

Relativamente ao Plano de Contingência da empresa, com o evoluir do surto, ele foi atualizado estando neste momento definidas as situações em que se deve enquadrar cada um dos colaboradores e que passam pelos que se encontram em serviço permanente, teletrabalho com presença ocasional (incluindo rotativa e/ou trabalho periódico que não pode ser feito remotamente) e totalmente em teletrabalho." \_\_\_\_\_

De seguida e de forma resumida, apresentou os resultados obtidos pela aicep Global Parques, referindo o ano de excelência que foi o 2019: \_\_\_\_\_

"O volume de negócios cresceu 7,4%. A taxa de ocupação na ZILS progrediu 4 p.p., de 56% para 60%. Foram lançados ou relançados produtos com os parceiros Câmara Municipal de Sines e Administração do Porto de Sines, o *Sines Tech – Innovation & Data Center Hub* e a ZAL Sines – Zona de Atividades Logísticas. No BlueBiz, a taxa de ocupação nas naves industriais evoluiu de 42% para 47%. Nos escritórios de 36% para 49%. \_\_\_\_\_

Para além dos parques empresariais sob gestão, destaca-se a evolução do *Portugal Site Selection* com o alargamento da cobertura dos setores da indústria, da logística e dos serviços, a introdução dos conceitos de consultadoria a municípios e cadastro de ativos, a desenvolver em 2020". \_\_\_\_\_

De seguida passou a palavra ao Presidente da Comissão Executiva, para apresentação dos resultados obtidos através de uma súmula dos Relatórios de Gestão e Contas e de Governo Societário. \_\_\_\_\_

Filipe Costa apresentou o Resultado Líquido de 2,6 milhões de euros, que significa uma variação positiva relativamente ao ano anterior, sendo mesmo o valor mais alto dos últimos dez anos. O EBITDA atingiu o valor de 6,1 milhões de euros e o Volume de Negócios 12,3 milhões de euros, cerca de 7,4% acima do valor de 2018. Variação associada, em qualquer um dos parques sob gestão, à entrada de novos clientes e à expansão de clientes que já instalados. De uma forma geral todos os indicadores de rentabilidade apresentaram uma evolução positiva. A autonomia financeira, cujo valor é de 71,34%, desceu ligeiramente, -1,86 p.p. que 2018, descida associada a uma não proporcionalidade das subidas verificadas no Capital Próprio e no Ativo Total. Em relação à execução do plano de investimentos, apesar de aquém do previsto, representou 4,65 milhões de euros, valor muito superior ao realizado em 2018. Referiu ainda esperar prosseguir com a mesma política de investimentos, tendo em conta as intenções preliminares em carteira, não só para a ZILS mas também para o BlueBiz. Do Resultado Líquido de 2.609.479.83 euros obtido no exercício de 2019, foi proposto reforçar a Reserva Legal em 130.474,00 euros, ficando o restante disponível aos acionistas. Foi dada informação de que, considerando a existência de

## ACTAS

uma Reserva Livre no valor de 1.532.897,67 euros, a mesma podia ser utilizada para cobertura de prejuízos e assim compensar o valor de -1.035.469,25 euros que estão registados em Resultados Transitados, ficando, depois desta cobertura de prejuízos, também disponíveis aos acionistas o valor de 497.428,42 euros de Reservas Livres. Das taxas de ocupação, que apresentaram algumas oscilações face a 2018, realçou os Direitos de Superfície na ZILS, que cresceram 4 p.p.. A título informativo, comunicou aos acionistas a aprovação, por S. Exa. o Secretário de Estado do Tesouro, do Plano de Atividades e Orçamento para 2020. -----

De seguida pediu a palavra a acionista AICEP, representada pelo seu Presidente, Luís Castro Henriques, que referiu a ultrapassagem de todos os objetivos, seja em termos de dinâmica, seja de fluxo de clientes, reais e em carteira, dando por isso mesmo os parabéns ao Conselho de Administração e toda a equipa da aicep Global Parques. Afirmou ter grandes expectativas em relação ao reforço de investimentos e novos investimentos na Zona Industrial e Logística de Sines, esperando que a atividade económica regresse ao normal. Considera que alguns dos investimentos em Sines serão relevantes para a economia nacional no seu todo e são o resultado do esforço que tem vindo a ser desenvolvido pela Comissão Executiva, pedindo ao seu presidente que os elencasse. Relativamente aos dividendos adianta que a proposta da AICEP é de que seja feita a distribuição da totalidade disponível, ou seja, incluindo o saldo referido anteriormente, de Reservas Livres, depois da cobertura de prejuízos de exercícios anteriores. – Filipe Costa agradeceu e referiu o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido com a Administração dos Portos de Sines e do Algarve na promoção da ZAL Sines – Zona de Atividades Logísticas, no contexto da reorientação do TGS – Terminal de Granéis Sólidos; a expansão do TCS – Terminal de Contentores; e o concurso para um novo terminal de contentores. Igualmente com a Câmara Municipal de Sines sobretudo no desenvolvimento conjunto do *Sines Tech – Innovation & Data Center Hub*. Mencionou a possível expansão da Repsol Polímeros e que se mantém a expectativa de alguma expansão na Refinaria de Sines da GALP. Despontam ainda as novas possibilidades de uma fábrica conversora de hidróxido de lítio e um projeto de produção de hidrogénio. -----

De seguida o representante do IAPMEI, António Almeida, congratulou a equipa pelo excelente trabalho e agradeceu os esclarecimentos dados pelos Presidentes do CA e da CE. Questionou se a atribuição a dividendos do saldo de Reservas Livres/Resultados Transitados não retirará capacidade de investimento. Filipe Costa respondeu que esta atribuição, e a regularização de uma compensação camarária em falta, são possíveis por a aicep Global Parques estar confortável com a sua tesouraria para 2020. -----

O representante da APS, José Luís Cacho, congratulou o resultado do trabalho da Administração, que mostra o caminho que tem vindo a ser realizado. Referiu com agrado a abordagem do eventual impacto da COVID-19 e mostrou também preocupação por parte da APS quanto ao tema, lançando a possibilidade de terem que vir a tomar medidas concertadas pelos vários agentes do Complexo Portuário, Logístico e Industrial de Sines no diferimento de faturação

## ACTAS

a clientes. Mostrou-se preocupado com questões comerciais prévias, como o fim anunciado da atividade da Central Térmica de Sines da EDP e uma diminuição dos volumes de entradas e saídas portuárias da Refinaria de Sines da GALP, com o respetivo impacto nos terminais de granéis sólidos e líquidos, que geram 70% da receita do porto. Referiu a estratégia integrada na captação de investimentos alternativos e outros que tem vindo ser executada pela APS com a aicep Global Parques através da CPLS – Comunidade Portuária e Logística de Sines. Colaboração que será reforçada no âmbito do Plano Estratégico do Porto de Sines em elaboração. -----

Nuno Mascarenhas, Presidente da CMS, questionou, face aos documentos apresentados, a percentagem de realização de investimento inferior ao previsto no PAO 2019, tendo sido explicado pelo Presidente da Comissão Executiva que tal se deveu, em igual medida, à aprovação tardia do PAO 2019, que não deixou tempo suficiente para a realização de todo o previsto, e ao diluir de alguns investimentos no aumento de capacidade da rede elétrica, que tem sido agora abordada em conjunto com parceiros e clientes. O Presidente da CMS questionou também a atual política de distribuição de dividendos, tendo em conta o volume de investimentos a realizar, referindo que irá, não obstante, aprovar a proposta apresentada pela aicep relativa ao ano de 2019. Referiu a existência de grande procura por parte de empresas que se pretendem instalar e que nem todas o conseguem fazer nos espaços da CMS, mantendo o foco na necessidade de continuar a atrair mais empresas. Reconheceu o trabalho desenvolvido pela Administração, realçando o esforço e profissionalismo demonstrado. Pediu que se prossiga com os investimentos necessários para vir ainda a melhorar os resultados. -----

Quanto à questão colocada relativa aos dividendos, Luís Castro Henriques referiu que ponderou a questão financeira, afirmando que a aicep Global Parques tem capacidade financeira para ultrapassar qualquer situação futura, dado os montantes de liquidez apresentados nas contas. - Ruben Pascoal, representante da Caixa Geral de Depósitos, deu nota positiva aos resultados obtidos e pela sustentabilidade que apresentam, desejando o maior sucesso para a concretização de tudo o que está em carteira. Concordou com a proposta da AICEP para a distribuição de dividendos. -----

Filipe Costa agradeceu aos acionistas. -----

O Fiscal Único, Pedro Aleixo Dias, referiu a importância da declaração do Conselho de Administração sobre os eventuais impactos da COVID-19 nas respetivas contas e na continuidade da empresa. Sem prejuízo da Certificação Legal das Contas e do Parecer do Fiscal Único constantes do Relatório apresentado, Pedro Aleixo Dias pronunciou-se, tendo dado nota do acompanhamento que faz da atividade da empresa; da Certificação Legal das Contas, sem reservas e sem ênfases, referente às contas do exercício em apreço; do Relatório e Parecer do Fiscal Único no sentido da aprovação do Relatório de Gestão e Contas, expressando a sua concordância sobre a proposta de aplicação de resultados. -----

## ACTAS

Terminada a apresentação e respondidas as questões colocadas pelos Senhores Acionistas, o Presidente da Mesa pôs à votação o Relatório de Gestão e Contas do exercício de 2019, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

### 2. Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados; -----

Entrando-se na análise do segundo ponto da ordem de trabalhos, Filipe Costa referiu novamente o valor do Resultado Líquido e a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração, onde se propõe que ao Resultado Líquido de 2.609.479,83 euros seja dada a seguinte aplicação: Reserva Legal 130.474,00 euros; conforme vontade dos acionistas 2.479.005,83 euros. -----

O Presidente da AICEP Portugal Global, EPE, propôs que a aplicação de resultados mantenha a proposta de 130.474,00 euros para a Reserva Legal e que 2.479.005,83 euros sejam distribuídos como dividendos, acrescidos dos 497.428,42 euros do remanescente da compensação das Reservas Livres com os Resultados Transitados. -----

A proposta foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Sines declarou que, por prudência e atendendo às necessidades de investimento, se deverá ponderar de futuro, a redução do dividendo a distribuir.

### 3. Deliberar sobre o Relatório de Governo Societário relativo ao exercício de 2019; -----

O Presidente da Mesa da Assembleia colocou o Relatório de Governo Societário a aprovação, tendo sido aprovado por unanimidade, apesar de condicionado à aprovação pela UTAM, entidade a quem já tinha submetido para o efeito. -----

### 4. Proceder à apreciação geral da Administração e Fiscalização da sociedade; -----

A AICEP, através do seu Presidente, elogiou os resultados obtidos, o bom trabalho prestado e prestou louvor à equipa, com um voto de confiança extensivo à Fiscalização da sociedade, no âmbito da prestação de contas relativas ao exercício de 2019. -----

À proposta apresentada o Presidente da Câmara Municipal de Sines acresceu, uma vez mais, o reconhecimento ao grande profissionalismo demonstrado em tão pouco tempo, com grande benefício para os acionistas e para a região. Associou-se desta forma ao voto de louvor proposto por o mesmo ser plenamente merecido -----

À proposta apresentada associaram-se os restantes representantes dos acionistas, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada quando eram 12 horas e 50 minutos. -----

Foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser devidamente assinada. -----

  
Isabel Almeida

